

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIANA CARDOSO ALVES

**Significados, efeitos e perspectivas do trabalho na coleta seletiva de materiais  
recicláveis no cotidiano de integrantes da Associação Municipal de Agentes  
Ambientais de Matinhos/PR (AMAGEM)**

Matinhos/PR - 2011

MARIANA CARDOSO ALVES

**Significados, efeitos e perspectivas do trabalho na coleta seletiva de materiais  
recicláveis no cotidiano de integrantes da Associação Municipal de Agentes  
Ambientais de Matinhos/PR (AMAGEM)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao Curso de Serviço Social da  
Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral  
como parte dos requisitos para obtenção do grau  
de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação  
da professora Dra. Edilane Bertelli.

Matinhos/PR, Agosto/2011

MARIANA CARDOSO ALVES

**Significados, efeitos e perspectivas do trabalho na coleta seletiva de materiais recicláveis no cotidiano de integrantes da Associação Municipal de Agentes Ambientais de Matinhos/PR (AMAGEM)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da UFPR – Setor Litoral, para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, defendido em Banca Examinadora em agosto de 2011

Edilane Bertelli (orientadora)  
Doutora em Serviço Social  
Docente da UFPR – Setor Litoral

Édina Vergara  
Doutora em Educação  
Docente da UFPR – Setor Litoral

Ricardo Rodrigues Monteiro  
Mestre em Engenharia Civil  
Docente da UFPR – Setor Litoral

## AGRADECIMENTOS

À Mestre Lucia H. Alencastro e à Doutoranda Cinthia Sena, pela oportunidade da bolsa de estudos em extensão no projeto Incubadora de Projetos Econômicos e Sociais de base Solidária (IPESS), que propiciou a aproximação e o conhecimento de diferentes cenários em que estão inseridos os integrantes da coleta seletiva.

À Mestre Lúcia Helena Alencastro também pelas contribuições a este trabalho durante as atividades na IPESS, onde foi orientadora e amiga, propondo desafios e despertando reflexões, construindo uma relação transparente, pautada no respeito e na liberdade.

À Doutora Edilane Bertelli, que foi orientadora deste trabalho, estimulando-me a seguir nos caminhos que escolhi trilhar. Pelo afeto nos momentos de ansiedade, pela paciência em meio a tantas inseguranças na elaboração da minha primeira monografia, ao esforço por acompanhar este trabalho, e pela pessoa companheira que me permitiu conhecer e da qual levo aprendizados para minha formação profissional e pessoal.

À minha família, que soube respeitar e compreender a minha paixão pelo estudo realizado e foram presença de apoio e afeto, ouvindo as minhas infindáveis descobertas sobre o mundo do lixo e que mesmo de longe estiveram por perto atentos aos meus anseios que muitas vezes turbilharam minhas emoções.

À Miriam Lopes e Bruno Hassan, amigos próximos e especiais que se fizeram presentes em momentos de intensa solidão a que uma monografia nos condiciona e que ainda se propuseram a ler uma versão preliminar deste estudo, contribuindo no meu crescimento com suas críticas e sugestões.

À Paula Zamboni e Maria Caroline Castro, amigas que mesmo de longe se fizeram presente em momentos de alegria e tristeza do cotidiano. Dedicando-me toda a sua alegria contagiante.

Às meninas e menino da turma de Serviço Social, pela companhia durante esses quatro anos. Cada um com sua presença admirável e inesquecível em minha vida.

Ao Anderson Mequelusso e ao Maycon Canton, colegas na Universidade Federal do Paraná –Setor Litoral, que prestaram uma valiosa colaboração com os relatos de suas vivências na trajetória acadêmica e profissional.

E, aos integrantes ativos ou não na coleta seletiva de materiais recicláveis da AMAGEM, que compartilharam comigo alguns momentos de seu cotidiano e proporcionaram a este trabalho as condições para existir e elucidar minhas indagações.

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo analisar o cotidiano profissional vivido por alguns coletores de material reciclável da Associação Municipal de Agentes Ambientais de Matinhos/ PR (AMAGEM), no sentido de problematizar, em âmbito local e na organização do trabalho dessa categoria seus possíveis desdobramentos à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS - 2010) e da expansão organizacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Realizado no primeiro semestre de 2011, utilizou-se, além da busca e análise de bibliografias e dados censitários a respeito da realidade local, pesquisa participativa no ambiente de trabalho da Associação, realização de entrevistas semi-estruturadas junto aos associados e de um questionário de perguntas abertas com agentes importantes na estruturação da Associação, referenciados pelos trabalhadores da AMAGEM. Este estudo tem o cotidiano como espaço de referência da investigação e problematiza os eixos vida, trabalho e saúde, considerado de fundamental importância para mostrar a complexidade do tema e oportuno para o conhecimento do ambiente e de algumas características do trabalho e da rede de relacionamentos, enfim, do universo conexo aos trabalhadores envolvidos. Eles trazem, em suas concepções, o legado do processo de socialização vivido ao longo de sua história, mas também atualizam sentimento, preconceitos e valores, que naquele espaço, face às múltiplas interações e relações, vão sendo regulados e moldados. O estudo permite a compreensão das relações existentes entre o espaço, a sociedade e os resíduos sólidos, de forma que se faça possível reconhecer essa categoria como uma iniciativa social que possibilite aos seus trabalhadores a oportunidade de integração à cidadania através de caminhos concretos de iniciativas de inclusão, bem como entender que as marcas existentes na vida dessas pessoas não se restringem apenas às deixadas pelo trabalho.

**PALAVRA-CHAVE:** catadores de material reciclável, trajetórias sociais, políticas públicas, AMAGEM - Matinhos/PR.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                        |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b><u>INTRODUÇÃO</u></b> .....                                                                                                                         | 07 |
| <b><u>CAPÍTULO I – O MANEJO DO LIXO NA DINÂMICA ORGANIZACIONAL DA SOCIEDADE</u></b> .....                                                              | 11 |
| 1.1. <u>ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E DE SEUS RESÍDUOS NA SOCIEDADE</u> .....                                                                         | 11 |
| 1.2. <u>O MUNICÍPIO DE MATINHOS/PR: A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E DO CONJUNTO DAS RELAÇÕES SOCIETÁRIAS</u> ..... | 16 |
| <b><u>CAPÍTULO II – CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: EXCLUÍDOS?</u></b> .....                                                                       | 23 |
| 2. <u>O CENÁRIO ATUAL DA CATEGORIA SOB O OLHAR DO MNCR E DA PNRS</u> .....                                                                             | 23 |
| <b><u>CAPÍTULO III – A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DOS “CATADORES” DA AMAGEM (MATINHOS-PR)</u></b> .....                                                   | 32 |
| 3.1. <u>APRESENTAÇÃO DOS INTEGRANTES ENTREVISTADOS DA COLETA SELETIVA NA AMAGEM: TRAJETÓRIA DE VIDA, TRABALHO E SAÚDE</u> .....                        | 32 |
| 3.2. <u>AS RELAÇÕES ENTRE TRAJETÓRIA DE VIDA E O AMBIENTE DE TRABALHO</u> .....                                                                        | 40 |
| 3.3. <u>O AMBIENTE DE TRABALHO E AS ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA E SAÚDE</u> .....                                                                         | 44 |
| 3.4. <u>PERCEPÇÕES E SIGNIFICADOS DO TRABALHO NA E DA AMAGEM PARA OS “CATADORES”</u> .....                                                             | 50 |
| 3.4.1. <u>Significados da Estrutura Organizacional da AMAGEM</u> .....                                                                                 | 50 |
| 3.4.2. <u>Cadeia Produtiva de Resíduos Sólidos: os integrantes e as relações estabelecidas</u> .....                                                   | 57 |
| <b><u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u></b> .....                                                                                                               | 65 |
| <b><u>REFERÊNCIAS</u></b> .....                                                                                                                        | 71 |
| <b><u>ANEXOS</u></b> .....                                                                                                                             | 76 |

## INTRODUÇÃO

A escolha do tema se deu a partir de experiências de vida e trabalho da pesquisadora. De vida porque ouvia os relatos do trabalho de sua mãe, o que a possibilitava questionar processos de trabalho que traziam perigo à saúde do trabalhador; e de trabalho, devido à participação, iniciadas no segundo semestre do ano de 2010, nas atividades desenvolvidas pela Incubadora de Projetos Econômicos e Sociais de Base Solidária (IPESS), que proporcionaram o encontro com a temática debatida neste estudo. A IPESS trabalha com as associações de catadores de resíduos sólidos dos municípios do litoral do Paraná na tentativa de fortalecê-las, pois compreende que elas compõem o elo mais fraco economicamente na cadeia produtiva de resíduos sólidos.

O objetivo é analisar o cotidiano de trabalho vivido por alguns coletores de material reciclável de Matinhos - PR que se encontram agrupados, no sentido de problematizar os desdobramentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS - 2010) em âmbito local e na organização do trabalho dessa categoria. As contribuições desta pesquisa permitem compreender relações entre o espaço, a sociedade e os resíduos sólidos, de forma que se faça possível reconhecer essa categoria como uma iniciativa social que possibilite aos seus trabalhadores a oportunidade de “integração à cidadania” através de caminhos concretos de iniciativas de inclusão, bem como entender que as marcas existentes na vida dessas pessoas não se restringem apenas às deixadas pelo trabalho.

Inicialmente, o estudo tinha como temática central as condições de trabalho<sup>1</sup> e as estratégias frente aos riscos à saúde que estas poderiam ocasionar. No entanto, o desenrolar da pesquisa junto aos associados e o estudo de algumas bibliografias que abordavam questões diversas sobre os profissionais da coleta seletiva proporcionaram à pesquisadora a observação do que significa saúde para essa categoria, conceito que foi construído através do conhecimento das experiências e dos valores desses indivíduos, frutos de sua construção social com a marca da realidade imposta pela vida.

Os trabalhadores trazem em suas concepções o legado do processo de socialização vivido ao longo de sua história, mas também atualizam sentimentos,

---

<sup>1</sup> Parte-se do conceito de trabalho por Netto e Braz (2008, p.32), onde “o trabalho é uma atividade projetada, *teleologicamente direcionada*, ou seja: conduzida através do fim proposto pelo sujeito.”

preconceitos e valores, que naquele espaço, face às múltiplas interações e relações, vão sendo regulados e moldados. A partir de então, percebeu-se a necessidade de introduzir na pesquisa as trajetórias de vida dos indivíduos, para que se pudesse decifrar as aspirações e as contestações intrínsecas a eles, fugindo de concepções pré-estabelecidas sobre o que seriam “melhores” condições de trabalho e de saúde, que nem sempre levam em conta a conjuntura social em que estão envolvidos e os forçam a seguir o que lhes é imposto como verdade absoluta.

O trabalho é referente à atividade de caráter obrigatório na conclusão do curso de Serviço Social e, por isso, deve “abordar temáticas relacionadas à realidade social da região litorânea do Paraná, buscando evidenciar as diversas expressões da questão social, as respostas construídas pelo trabalho profissional nos diferentes espaços de atuação” (PPC - Serviço Social, 2010, p. 67). De acordo com os princípios expostos pelo Projeto Político Pedagógico da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral (PPP-UFPR Litoral, 2008, p. 06), a reflexão acerca da realidade concreta do lugar é fonte primeira para dialogar com “o conhecimento sistematizado, no tecer da organização curricular e no desenvolvimento de projetos que devem partir dos alunos e envolver os professores e a comunidade”.

Nesta perspectiva, o local de coleta de informações do presente estudo foi o ambiente de trabalho dos sujeitos envolvidos com a Associação Municipal de Agentes Ambientais de Matinhos - PR (AMAGEM) no primeiro semestre do ano de 2011, onde a pesquisadora teve a oportunidade de conhecer todas as tarefas desempenhadas nos períodos da manhã e da tarde, o que permitiu identificar algumas características do trabalho, a rede de relacionamentos e o universo relacionado aos trabalhadores envolvidos.

Para realizar os processos necessários à construção da pesquisa qualitativa proposta, houve a utilização de técnicas e de instrumentos teórico-metodológicos do Serviço Social, adequados a cada situação e fase da pesquisa, não sendo estes condicionados a linearidades ou limitações, pois a pesquisa compreende que a ampliação da relação com vários sujeitos de forma flexível enriquece a análise. Os processos foram divididos em três momentos, além da busca e análise de bibliografias e dados censitários a respeito da realidade local: pesquisa participativa no ambiente de trabalho da Associação, realização de entrevista semiestruturada junto aos associados e de um questionário de perguntas abertas com agentes importantes na estruturação da Associação, referenciados pelos associados.

Durante uma semana, o trabalho foi desenvolvido através da pesquisa participativa, utilizando a análise de discurso das conversas cotidianas e a categorização destas com os sujeitos relacionados ao fenômeno e à rede social da Associação. Também foi necessário participar ativamente do trabalho na Associação em cada um de seus setores, junto aos que se designavam responsáveis, para poder confrontar as percepções da pesquisadora sobre o estudo que vinha realizando com as percepções expostas pelos integrantes de cada setor nas atividades da coleta seletiva, a fim de criar um ambiente de amizade, cordialidade e identificação para os próximos passos da pesquisa.

Na sequência, foi dialogado com os associados a respeito da participação na continuidade do estudo, que seria a aplicação de instrumento de pesquisa qualitativa semiestruturada, através da qual se pretendia procurar informações detalhadas que pudessem ser utilizadas em uma análise qualitativa individualizada, enquanto “[...] um espaço de processos e fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 31).

Não houve seleção quanto aos que seriam entrevistados, pois o objetivo da pesquisa não exigia tal atitude; o importante era que os sujeitos da pesquisa fossem conscientes de sua participação e da importância de suas afirmações, e apresentassem relação com o universo de trabalho da coleta seletiva. Cabe afirmar, também, que tal seleção não teria razão de existir já que a rotatividade dos integrantes que compunham a Associação naquele momento se dava de tal forma que há a possibilidade de alguns dos integrantes não se encontrarem mais na Associação ao final deste trabalho, ou até mesmo estarem trabalhando em setores diferentes. Entre os entraves que ocasionaram a não participação total dos integrantes da AMAGEM estava a falta de tempo, em função dos trabalhos que realizavam em diversos locais, e a recusa injustificada. Mesmo assim, as participações que serão apresentadas ao longo do trabalho foram significativas e permitiram alcançar o objetivo proposto.

No que se refere à identificação dos integrantes da coleta seletiva, visando garantir a particularidade de seus posicionamentos sem comprometer suas identidades, os sujeitos da pesquisa foram identificados através de nomes fictícios, idade e função.

Os diálogos com os integrantes do ambiente de trabalho da Associação apresentaram sujeitos importantes na formação e maturação de sua estrutura. Dois deles foram entrevistados, a fim de exporem suas ideias a respeito das pretensões e resultados no trabalho realizado. A pesquisa foi encaminhada através de um questionário

estruturado com perguntas abertas, que tinha por intuito não antecipar as respostas, apenas compilar as opiniões dos entrevistados. Eles foram identificados pelo nome verdadeiro, com seu consentimento. A pesquisa também considerou a análise dos registros das reuniões na Ata e do estatuto que normatiza a Associação.

Este trabalho de conclusão de curso em Serviço Social está dividido em três capítulos: inicialmente apresenta as características econômicas e seus elementos intrínsecos na urbanização de um espaço, como a dinâmica organizacional do município de Matinhos, definindo a inter-relação existente entre a organização do espaço urbano, da sociedade e os resíduos sólidos produzidos, que traz problemáticas aos catadores de materiais recicláveis. Em seguida, o trabalho apresenta o cenário atual da categoria em geral, analisa a estrutura organizacional e as propostas do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e apresenta as deliberações diretamente relacionadas à categoria na PNRS (2010), a fim de encontrar as potencialidades da AMAGEM, assim como apontamentos sobre as questões que envolvem a categoria no município de Matinhos. Em um terceiro momento, o trabalho traz representações locais sob as experiências enunciadas nas trajetórias de vida, trabalho e saúde dos integrantes da coleta seletiva na AMAGEM, dentro da dinâmica territorial de Matinhos - PR.

Para o Serviço Social, a pesquisa é um meio de atribuir visibilidade e assim potencializar as situações relevantes detectadas no campo profissional (IAMAMOTO, 2007). As experiências dos sujeitos da pesquisa, expostas durante o desenvolvimento deste estudo, se encaminharam na tentativa de responder uma questão central: à luz da PNRS de 2010 e com a expansão organizacional do MNCR, quais as possibilidades de construção de mecanismos de “inclusão social” em âmbito local, considerando-se particularidades da organização do espaço urbano, do tratamento dos resíduos sólidos e do conjunto das relações societárias no município de Matinhos?

Nesse contexto, este estudo pretende desmitificar valores que agregam a fraqueza como característica dos catadores em relação à cadeia produtiva de resíduos sólidos, já que eles são fundamentais no cenário socioambiental, das políticas econômicas e sociais, ao mesmo tempo em que são vítimas da exclusão social no país.

## **CAPÍTULO I - O MANEJO DO LIXO NA DINÂMICA ORGANIZACIONAL DA SOCIEDADE**

### **1.1 Organização do espaço urbano e de seus resíduos na sociedade.**

Andando pelas montanhas de lixo lançadas a céu aberto, podemos encontrar materiais que representaram, em algum momento, parte da história de alguém em algum lugar desconhecido. Essa “coisa imprestável”, como é definida no Miniaurélio (2004), independente de sua história ou trajetória, que a introduziu naquele espaço em meio a diversas outras “coisas imprestáveis”, são resíduos sólidos<sup>1</sup> que, por sua invalidade, desuso ou qualquer outra condição que a determine como componente de insegurança à saúde, pode certamente representar o fruto de uma sociedade de consumo que hoje é fonte de estudos na sociedade contemporânea.

As questões socioambientais que cercam as origens, a distribuição e o manejo dos resíduos sólidos na sociedade atualmente, a não ser pela quantidade de resíduos gerados, não diferem da sociedade de séculos atrás no que se refere à história da vida humana, pois quaisquer resíduos descartados ou gerados pela humanidade sempre foram constitutivos da manutenção da vida. Porém, “é com o sedentarismo, isto é, com a aglomeração de pessoas em pequenas vilas e posteriormente em cidades, e a mudança de hábitos, que tal variável adquire status de ‘vilã’ no campo da saúde pública e ambiental” (CARDOZO, 2009, p.17).

No entanto, em meio à problemática que emergia na sociedade, de acordo com o que decorre no debate acerca da questão urbana trazida por Castells (1983, p. X e XI),

As aglomerações espaciais resultam, em boa parte do processo de decomposição da estrutura produtiva, em particular agrária e artesanal [...] desaguadouro daquilo que o sistema desorganiza sem poder destruir inteiramente. [...] Na medida em que estas cidades pertencem a sociedades articuladas em uma cadeia mundial de dependência, vão expressar sua situação não só em termos de relações sociais subjacentes, mas também em relação à determinação direta de elementos da estrutura urbana por interesses que representam mais os que são dominantes em escala mundial, que os requisitos, inclusive funcionais, da estrutura urbana.

---

<sup>1</sup> Resíduo Sólido: A Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 02 de Agosto de 2010, define resíduo sólido como “material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólidos ou semisólidos, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgoto ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.”

Para o autor a característica econômica é elemento intrínseco na urbanização de um espaço, se referindo aos compartimentos espaciais específicos das cidades como agentes estimuladores da reprodução da força de trabalho, salientando a importância de tratarmos o consumo coletivo em seus diferentes níveis e a transformação da questão urbana em uma questão política. Fica clara a inexistência de preocupação pública com a disposição dos dejetos produzidos por esse aglomerado populacional até que o mesmo atinja uma proporção que visualizem possibilidades para o mercado neoliberal e, portanto, reproduzam a força de trabalho.

Ao longo da história, em decorrência de inúmeras características do desenvolvimento econômico e tecnológico, cada país suavizou os problemas do lixo com os quais vinha se deparando de uma determinada forma. Segundo Aizen & Pechman<sup>2</sup> (apud Cardozo, 2009, p.17), a resolução para a questão do lixo “na maioria das vezes, consistia em levar o lixo para um local fora das vistas, longe das cidades, para áreas localizadas nas periferias”. Ou seja, as táticas no processo de urbanização transferiam os prejuízos dos restos da sociedade à população menos favorecida econômica e socialmente.

No decorrer dos anos, essa população desenvolveu estratégias para sobreviver no espaço em que se encontrava, processo explicado através da interpretação de Bauman (1999) quando classifica a sociedade pós-moderna de consumo como uma sociedade estratificada. O autor nota ser o grau de movimentação, portanto, a liberdade de escolher onde estar da “classe alta” e da “classe baixa” o que distingue um tipo de sociedade de outro. Ressalta a ação contraditória da sociedade ao nos condenar a uma vida de opções ao mesmo tempo em que não nos proporciona os meios para que sejamos optantes. Para Bauman (1999, p.96-97),

Os habitantes do Primeiro Mundo<sup>3</sup> vivem num presente perpétuo, passando por uma série de episódios higienicamente isolados do seu passado e também do seu futuro. Essas pessoas estão constantemente ocupadas e sempre “sem tempo”, pois cada momento não é extensivo – experiência idêntica à de ter o tempo “todo tomado”. As pessoas ilhadas no mundo oposto são esmagadas pela carga de uma abundância de

<sup>2</sup> AIZEN, M. & PECHMAN, R. M. *et. al.* Memória da limpeza urbana no Rio de Janeiro: Coopim, COMLURB, 1985.

<sup>3</sup> Bauman (1999, p.96) traz os termos Primeiro Mundo e Segundo Mundo se referindo ao “mundo sedimentado nos dois pólos, no alto e no pé da nova hierarquia da modernidade”. Para ele, a forma de distinguir uma sociedade de outra é através da extensão ao longo da qual ela se estratifica, sendo a sociedade de consumo determinada pela liberdade dos de “classe baixa” e dos de “classe alta” de escolher onde estar. Nesse contexto, Primeiro Mundo é o “mundo dos globalmente móveis” e Segundo Mundo é o “daqueles impedidos de se mover e assim fadados a suportar passivamente qualquer mudança que afete a localidade onde estão presos [...]”.

tempo redundante e inútil, que não têm com que preencher. No tempo delas, “nada acontece”. Elas não “controlam” o tempo – mas também não são controladas por ele, ao contrário dos seus ancestrais governados pelo relógio, submetidos ao ritmo impessoal do tempo fabril. Elas só podem matar o tempo, enquanto o tempo vai aos pouco matando-as.

Bauman, ao falar dos habitantes do Segundo Mundo, discorre sobre uma situação contrária. Para ele, estes são os que “vivem no espaço, um espaço pesado, resistente, intocável, que amarra o tempo e o mantém fora do controle deles. O tempo deles é vazio: nele ‘nada acontece’. Para eles, só o tempo virtual na TV tem uma estrutura, um ‘horário’”.

Na sociedade dos habitantes que “vivem no tempo” e dos que “vivem no espaço”, como Bauman teoriza, inserem-se os integrantes da coleta seletiva, que há anos passam pela invisibilidade aos olhos dos integrantes da sociedade que “vivem no tempo”. A coleta seletiva, potencialmente formada pelos habitantes que “vivem no espaço” e em meio ao vazio do seu tempo, nasce diante da necessidade de subsistência, que os faz caminhar em direção a ocupar esse tempo ao vislumbrar, no espaço, possibilidades de emergir nessa sociedade formada por “classes altas” e “classes baixas”.

Em pleno século XXI, há um “grito” da economia ante o processo de globalização e as mudanças ambientais globais. Diante desse “grito”, surgem diversas preocupações acerca das movimentações da sociedade moderna e, consequentemente, o desalinhamento das expectativas no progresso da modernidade. Neste contexto, Leff (2001, p.42), afirma que

[...] a crise ambiental coloca em questão os fundamentos da racionalidade econômica. Por isso surgiram diferentes respostas, desde as filosofias da natureza até dos novos movimentos sociais que buscam integrar a democracia participativa, a descentralização econômica e a reapropriação da natureza como um sistema ambiental produtivo.

No entanto, segundo Leff (2001), devido à inexistência de uma nova teoria capaz de orientar o desenvolvimento sustentável, as políticas ambientais continuarão sendo controladas pelas políticas neoliberais.

No Brasil, as preocupações relacionadas ao manejo do lixo iniciaram-se no ano de 1880<sup>4</sup> e, até os dias atuais, a limpeza urbana passou constantemente por momentos de sucessivas mudanças em toda a extensão territorial. Em alguns países da Europa, nos Estados

---

<sup>4</sup> Na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a qual era referenciada como capital do Império, no dia 25 de novembro, é aprovado através do decreto n. 3.024, assinado pelo “Barão Homem de Mello”, como se identifica o imperador D. Pedro II no documento, “o contrato de 10 de Outubro de 1876, para a limpeza e irrigação desta cidade, celebrado com Aleixo Gary.” (BRASIL – Império, 1880)

Unidos e no Canadá, uma prática adotada há muito tempo é a incineração, que é utilizada até hoje em grande parte dos resíduos sólidos. Essa prática possui uma baixa aceitação no Brasil, onde é predominante o descarte em lixões a céu aberto, em aterros controlados e também, mas ainda de forma discreta, a reciclagem e reutilização dos resíduos.

As aglomerações de produtos que servem o mercado consumidor são cada vez mais descartáveis e estão relacionadas aos ciclos da natureza e da economia. Os materiais são modificados por séculos em uma concepção industrial aos quais se acrescentam designações quantitativas e a diversificação das formas do material concentrado. Berenguel (2008) atribui ao que chama de sociedade pós-industrial avançada a geração de dejetos considerados subprodutos dos processos das fábricas, deixando também o lixo doméstico, antes quase exclusivamente orgânico, com grande aglutinação de componentes inorgânicos.

A concentrada multiplicação dos resíduos torna insustentáveis os processos adquiridos para seu manejo e administração, que acabam se tornando insuficientes, ineficazes e por muitas vezes venenosos às condições humanas e ambientais. “Estes materiais, recentemente inseridos no ‘cardápio do lixo’, têm este caráter artificial que torna difícil a reciclagem, ainda mais agravada pela concentração.” (BERENGUEL, 2008, p.31).

Frente à imensidão territorial brasileira e a vasta presença de recursos naturais em uma sociedade baseada na busca constante de riquezas e potenciais mercadológicos, estão características antagônicas, que não são capazes de sustentar seus potenciais. A forma de movimentação dos resíduos é debate permanente na sociedade contemporânea. Os lixões, segundo Lima e Silva, Guerra e Mousinho (apud CAVALCANTE e FRANCO, 2007, p. 213), têm por definição: “[...] uma forma inadequada de disposição final de resíduos sólidos, sem nenhum critério técnico, caracterizado pela descarga do lixo diretamente sobre o solo, sem qualquer tratamento prévio, colocando em risco o meio ambiente e a saúde pública.”

Essa estratégia espacial de descarte dos resíduos sólidos na sociedade prevaleceu durante muito tempo e pode ainda ser encontrada em algumas localidades, apesar de, hoje, essa antiga forma de disposição final em lixões ter sido substituída e justificada na forma da Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Em seu artigo 3º, inciso VIII, estabelece como “disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais

específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e minimizar os impactos ambientais adversos”.

A ordenação à distribuição de rejeitos em aterros na Política Nacional de Resíduos Sólidos deixa claro que esta, longe de solucionar os problemas totais da sociedade relacionados ao manejo, transporte e distribuição dos resíduos sólidos, tem como finalidade imediata evitar riscos à saúde pública, à segurança e apenas minimizar os impactos ambientais adversos. A passagem de lixo a aterro é mais uma adequação à legislação do que a dissolução do problema de fato. Para Cardozo (2009), o aterro controlado como forma de distribuição final de rejeitos

[...] também não trata todo o chorume produzido pela decomposição dos resíduos orgânicos (lixo úmido) e os gases que emanam da decomposição do lixo. Por não possuir cobertura vegetal, as atividades do aterro controlado ficam expostas ao ambiente. Um aterro controlado tem como principal objetivo minimizar os impactos de sua atividade ao meio ambiente. (CARDOZO, 2009, p. 20)

Como já havia sido comentado, é diante das movimentações da sociedade e seus impactos ambientais que, segundo Berenguel (2008, p. 32), “o lixo tem sido pauta para a administração pública no que se refere aos lugares para depositá-lo, uma vez que se tornou impróprio para outros usos, refletindo inclusive no preço da terra”.

Justapostas a isso, ideias como reaproveitamento e reciclagem colocam o lixo em um novo ciclo no qual ele não é depositado e agente impactante no ambiente sem que tenha terminado sua vida útil, recebendo ainda um *valor de troca*<sup>5</sup>. O lixo, ainda tratado pelos governos municipais como uma despesa, tornou-se “trabalho socialmente necessário” diante das atividades exigidas para sua reutilização e reciclagem - desde a coleta seletiva, o transporte e a comercialização - que o transformam em mercadorias possíveis de serem comparadas no processo de troca e voltar, assim, a circular na sociedade de consumo.

Porém, em vez de ser visto como uma solução para o meio ambiente e a sociedade ao tornar-se economicamente viável, o lixo passa a despertar o interesse daqueles que nunca se interessaram. Em decorrência disso, com a finalidade de garantir o espaço daqueles que já se

---

<sup>5</sup> Valor de troca: de acordo com Netto e Braz (2008, p. 88) o valor de troca é “a quantidade de trabalho média, em condições históricas dadas, exigida para a sua produção (trabalho socialmente necessário); tal valor só pode manifestar-se quando mercadorias diferentes são comparadas no processo de troca - isto é, através do valor de troca: é na troca que o valor das mercadorias se expressa.

encontravam a admirar e “viver do espaço”, após vinte anos de tramitação no Congresso Nacional, a PNRS é instituída com participação da população organizada do MNCR. Os representantes do MNCR articularam seus posicionamentos na elaboração da Lei 12.305/10, que apresenta em sua descrição a manutenção dessa categoria nas atividades da coleta seletiva.

A PNRS incentiva a criação e o desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, atribuindo como metas dos planos nacionais, estaduais e municipais de resíduos sólidos a inclusão social e a emancipação econômica desses trabalhadores, priorizando ainda o acesso aos recursos da União aos municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda. A geração de resíduos e suas problemáticas exigem uma readequação do território que apresente alternativas aos resíduos sólidos do consumo massificado e às relações de trabalho para a geração de renda e inclusão social.

Resume-se que há uma forte inter-relação entre a organização do espaço urbano, da sociedade e os resíduos sólidos produzidos, encontrada sob problemáticas trazidas por esses elementos insuficientemente resolvidas em pleno século XXI, mesmo que identificadas há mais de um século de existência e traduzidas como “preocupação” pública.

## 1.2 O Município de Matinhos - PR: a organização do espaço urbano, do tratamento dos resíduos sólidos e do conjunto das relações societárias.

Conforme Moura e Werneck (2000, p. 62) “ler o espaço é, pois, tentar apreender suas feições naturais modificadas pelas ações humanas, seus objetos construídos e os fluxos de relações que se estabelecem entre as suas mais variadas forças atuantes”. Através da leitura dos espaços que constituem o município de Matinhos é possível reconhecer sua estrutura e as características da dinâmica social e econômica que o envolve, não apenas como qualificações de um município isolado, mas também dos demais que compõem a ocupação contínua litorânea do Paraná, formada pelos municípios de Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná e Paranaguá.

Na ocupação contínua litorânea do Paraná, há um crescimento notório da população, como pode ser analisado nos últimos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2000 e 2010, em censos de anos anteriores e também em pesquisas do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) de 2000 (apud DESCHAMPS et al., 2000), que incluem os municípios de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná entre as restritas opções, no conjunto do estado, por se destacarem devido à atratividade e ao crescimento populacional.

De acordo com Deschamps e Kleike (2000), esse crescimento está associado ao aumento das exigências no mercado de trabalho, que consequentemente gerou a ampliação dos níveis de desemprego e precarizou a inserção da população migrante de áreas rurais nos pequenos centros urbanos na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e nos Aglomerados Urbanos do Norte Central (que têm como polos Londrina e Maringá), ocasionando a valorização da busca de outras referências de destino migratório. Os autores consideram como o maior fator explicativo para esses municípios do litoral paranaense serem considerados como região propiciadora de oportunidade tanto para fluxos direto da RMC como do interior do Estado:

O mercado da construção civil, a existência de facilidades de implantar moradia e a proximidade à RMC parecem ter atuado como fatores que estenderam ao litoral parte dos deslocamentos de destino metropolitano e que motivaram outros, diretos do interior formados por segmentos de população de trabalhadores pobres, em idade produtiva, e suas famílias. (DESCHAMPS e KLEIKE, p.47)

Como menor fator explicativo, os autores avaliam as afirmativas trazidas por outros autores, como Martine (1992, apud DESCHAMPS e KLEIKE, 2000), que associam as ocupações litorâneas à procura de uma qualidade de vida diferenciada em cidades balneárias por pessoas mais velhas e aposentadas.

No município de Matinhos, as aglomerações populacionais são apresentadas na análise da dinâmica espacial, nas histórias de vida relatadas pelos integrantes da coleta seletiva, que são moradores do bairro Vila Nova e participaram dessa pesquisa, e também nos conteúdos expostos em trabalhos acadêmicos e em órgãos censitários.

Na dinâmica espacial de Matinhos é característica a concentração e expansão pela região costeira com habitações de alto e médio padrão, voltadas em sua maioria para o uso sazonal de veranistas, imputando à população de baixo padrão econômico o ônus das regiões

menos qualificadas do ponto de vista da urbanização, que ainda não foram habitadas, possuem difícil e perigosa fixação, ocupações legais, ilegais, ou que adentram áreas ambientalmente vulneráveis. Nos estudos de Moura e Werneck (2000, p.67), são domicílios mais precários, os identificados pelo IBGE como subnormais e provisórios, que estão presentes nos setores censitários correspondentes aos bairros Vila Nova e Tabuleiro, em Matinhos. Essas áreas estão localizadas uma ao lado da outra e é no bairro Vila Novo que se encontram a AMAGEM e as moradias dos integrantes da coleta seletiva dessa Associação.

As consequências do processo de transformação acelerada nas regiões do estado se expressam na exclusão econômica, social e espacial de uma parcela considerável da população do Paraná, que foi se acomodando na periferia do sistema. Além da movimentação constante de pessoas para a periferia, o que se percebe é a diluição de determinada identidade local face à “onda humana” que caminha conforme aparecem oportunidades possíveis e esperanças de participação no mercado de trabalho, ainda que tais participações sejam aquelas típicas do período pós-fordista, capazes de tornar precárias as atividades humanas relacionadas ao trabalho. Nos sujeitos da pesquisa, a média etária é acima dos 50 anos, em trajetórias de vida que se expressam na comum falta de oportunidade no mercado de trabalho formal e na necessidade de movimentação constante na busca por melhores condições de “vida”.

Seguindo a performance de outros municípios da região litorânea do Paraná, esse movimento reflete a atratividade que o período de alta temporada – dezembro, janeiro e fevereiro, onde subitamente crescem as demandas por serviços e comercialização de produtos – exerce sobre pessoas que moram em outras localidades. Parte desse grupo é representada por empreendedores, possuidores de capacidade para investir que se deslocam em busca de oportunidades abertas sazonalmente na economia desses municípios. Outra parte, quantitativamente mais expressiva, vem em busca de vender sua força de trabalho – trabalho temporário e precário. Vale destacar que muitos desses migrantes permanecem no município após o período de alta temporada, se estabelecendo como moradores, já que as condições de sobrevivência parecem menos árduas que na periferia das grandes cidades.

A “temporada” é o período em que o turismo é mais explorado no município e o atrativo turístico que determina o interesse pelo local são as praias e o clima quente do verão. O efeito da sazonalidade, da exploração turística, que acaba por se concentrar no período do

verão, está na variação demográfica excepcional, alterando o comportamento de consumo bruscamente durante o período em questão. Os municípios do litoral paranaense, em especial aqueles que se caracterizam pelo perfil de balneários, acabam se tornando escoadouro do excesso populacional dos grandes centros.

Com a chegada de moradores de renda média, alguns procurando instalar “negócios”, outros buscando melhorar a “qualidade de vida”, o comércio e os serviços locais passam a ter um movimento ampliado e, em alguns casos, mais qualificado, com aumento do número de estabelecimentos. Concomitantemente, junto com a necessidade de manutenção dos imóveis de veraneio e atenção às demandas sazonais, abre-se um mercado de ocupações informais que pode dar sustentação, mesmo que precária, à oferta crescente de mão-de-obra menos qualificada. (MOURA e WERNECK, 2000, p.75)

A economia brasileira apresenta a tendência de empurrar as pessoas para a busca de alternativas de sustento independentemente do mercado formal. É nesse contexto de concentração espacial, expulsão da população do campo e desemprego estrutural, como característica sistêmica, que a questão da catação de lixo se transforma em oportunidade de sobrevivência no Brasil. Isso ocorre ao mesmo tempo em que a cadeia produtiva de recicláveis abre oportunidades de negócios, estruturando uma série de empreendimentos com potencial lucrativo. No entanto, a organização de base dessa atividade econômica, que está na coleta dos recicláveis, se faz a partir da camada mais excluída da população, vitimada pelo processo de transformação econômica e pela não garantia da seguridade social<sup>6</sup>.

Conclui-se que o movimento cíclico de caráter sazonal do turismo e da economia deixa o ambiente de negócios pouco favorável no município. A população de baixa renda representa percentual considerável de moradores fixos, o que também reflete na geração de resíduos que após a temporada é reduzido, assim como o fluxo populacional local. Portanto,

---

<sup>6</sup> De acordo com o conceito de seguridade social adotado pela Convenção 102, de 1952, da Organização Internacional do Trabalho – OIT que a incorpora, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), no Brasil instituiu o sistema de seguridade social caracterizado como sistema de “proteção social que a sociedade proporciona a seus membros, mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais que, de outra maneira, provocariam o desaparecimento ou forte redução dos seus rendimentos em consequência de enfermidade, maternidade, acidente de trabalho, enfermidade profissional, emprego, invalidez, velhice e morte, bem como de assistência médica e de apoio à família com filhos”. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps\\_13/SeguridadeSocial.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_13/SeguridadeSocial.pdf). Acesso em: 13 jun. 2011.

essa compreensão impõe o desafio de acompanhar e absorver as mudanças do espaço, pois “o espaço é a expressão da sociedade”. (CASTELLS apud MOURA e WERNECK, 2000, p.62).

São indispensáveis políticas públicas de geração de trabalho e renda que tornem possíveis a “fixação” da população que se move à procura de oportunidades no mercado de trabalho, pois “essa rotatividade domiciliar prejudica evidentemente, a criação de uma consciência comunitária e reforça a indiferença pelo que acontece na rua, no bairro, no município. É preciso romper esse círculo vicioso” (DOWBOR, 1999, p. 76).

Os municípios que compõem a faixa litorânea do Paraná se caracterizam pela contradição entre seus potenciais, ao exporem o valor da região como patrimônio natural e de proteção da biodiversidade e, ao mesmo tempo, constituírem um quadro marcado por expressões da questão social. Inerente a essas características está o desenvolvimento de problemáticas locais em relação ao lixo e intrínseco a ele os processos de trabalho dos integrantes da coleta seletiva.

Pela extensão territorial que delimita o município de Matinhos, já existiram

[...] três lixões que atualmente estão desativados, um deles localizado na área onde atualmente está delimitado o Parque Estadual do Rio da Onça, outro na colônia rural Cambará e por último no bairro Sertãozinho, próximo ao centro da cidade. Atualmente os resíduos gerados no município são encaminhados ao Consórcio Intermunicipal de Aterros Sanitários (CIAS), em Pontal do Paraná. (ABRAHÃO *et al.*, 2010, p.04).

A PNRS (2010) opta, sem tornar obrigatório, por soluções consorciadas intermunicipais na disposição final de resíduos sólidos, assim como a elaboração e implementação de Plano Intermunicipal, que deve conter as mesmas exigências dos Planos Municipais, priorizando o acesso desses municípios aos recursos da União destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamento de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

No município de Matinhos a coleta seletiva é realizada tanto por trabalhadores autônomos quanto agrupados em duas associações: a Associação dos Coletores e Seleccionadores de Materiais Recicláveis de Matinhos (ANCRESMAT), localizada no bairro Rio da Onça, e a Associação Municipal de Agentes Ambientais de Matinhos (AMAGEM), situada no bairro Vila Nova. Segundo um dos integrantes da AMAGEM, a ANCRESMAT

possui aproximadamente quinze anos de existência, e a AMAGEM completou seu segundo ano em 2011.

Estudantes da UFPR - Litoral, do curso de Gestão Ambiental, e bolsistas da Incubadora Tecnológica de Cooperativas e Projetos (ITCP) que participaram desde o início da construção (2005 e 2006) da AMAGEM informaram que “esse trabalho deu-se em parceria com a Prefeitura Municipal de Matinhos, através da entidade denominada Associação dos Amigos do Parque Estadual Rio da Onça (APRO) e com o Governo do Estado, através do Instituto Ambiental do Paraná (IAP)” (CANTON, 2011)<sup>7</sup>. Nos anos de 2005 e 2006, Mequelusso (2011)<sup>8</sup> informou que foi realizada uma pesquisa sobre a quantidade de “carrinheiros” em Matinhos e sua qualidade de vida.

Segundo Canton, a ideia era integrar a ANCRESMAT e os “carrinheiros” em uma única entidade representativa (associação), no intuito de possibilitar o estabelecimento de parcerias público-privadas, necessárias ao repasse de recursos materiais (equipamentos como prensa hidráulica, balança, carrinhos, caminhão de coleta) e humanos (acompanhamento técnico), porém a “unificação dos grupos demonstrava-se inviável, tendo como principais fatores: a) a relativa distância que separa os grupos, o que dificultava a centralização e locação de imóvel propício à separação/segregação dos materiais coletados, bem como a realização de atividades conjuntas; b) pouca afinidade entre os integrantes da ANCRESMAT, e destes, com o ‘grupo’ de Agentes Ambientais do Tabuleiro e Vila Nova, e; c) ampla resistência dos Agentes Ambientais<sup>9</sup> quanto à ‘figura’ representada pela ANCRESMAT”.

Entre as instituições apoiadoras até a construção definitiva da AMAGEM estavam a Prefeitura Municipal, o IAP, a ITCP da UFPR - Litoral, a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) e a Associação de Bairros Vila Nova. Para Canton (2011), o projeto

muito avançou se comparado à realidade de outras associações: a disponibilização da área, estrutura física e caminhão de coleta, concedidos pela prefeitura; a doação de prensa, carrinhos de coleta e materiais de suporte, por intermédio do IAP; o suporte técnico disponibilizado em parceria com a UFPR; dentre outras iniciativas, muito contribuíram para o desenvolvimento da AMAGEM. No início, a iniciativa

---

<sup>7</sup> CANTON: Estudante da UFPR - Litoral, bolsista da Incubadora Tecnológica de Resíduos Sólidos em 2009, entrevistado no ano de 2011 a respeito da participação na criação da AMAGEM e suas experiências.

<sup>8</sup> MEQUELUSSO: Estudante da UFPR - Litoral, bolsista da Incubadora Tecnológica de Resíduos Sólidos em 2009, entrevistado no ano de 2011 a respeito da participação na criação da AMAGEM e suas experiências.

<sup>9</sup> Agentes Ambientais: expressão utilizada para designar os coletores de resíduos sólidos, também denominados catadores ou carrinheiros.

era vista como “mais uma promessa política”, devido às formas de pressão e promessas eleitoreiras que estes trabalhadores recebiam.

Porém, Mequelusso, que ainda se encontra residindo no município de Matinhos, acredita que o projeto tenha gerado grandes expectativas sobre os integrantes da AMAGEM que foram frustradas, em virtude da inexistência de uma estrutura física que lhes pertença e possibilite o seu uso permanente, bem como a falta de comprometimento por parte da prefeitura em auxiliar continuamente a AMAGEM.

A AMAGEM, associação que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa, encontra-se hoje localizada ainda na Vila Nova, região cercada por ocupações irregulares, porém não mais no barracão da Associação de Moradores da Vila Nova e sim, sobre o terreno de um dos associados, em um barracão construído com dinheiro de empréstimos, doações e do fundo de reserva da própria Associação. Essa situação é ainda muito presente na realidade nacional, onde, segundo Calderoni (apud SIQUEIRA e MORAES, 2009, p. 2120),

[...] o mais comum é a criação de uma situação em que pessoas pobres convivem da pior maneira possível com resíduos capazes de fornecer um precário sustento, mas que certamente trarão doenças, agravarão as condições de vida da população e contribuirão para contaminar o ambiente. Nesta conjuntura, o lixo é posto como um achado valioso pela população pobre, e assim, os catadores colocam em risco não apenas sua própria integridade física e de saúde, mas também passa a ser um segmento social submetido a uma condição de marginalidade social e econômica.

A relação da Associação com a prefeitura, assim como a outra associação, consiste na presença de um caminhão e um motorista em cada uma, além da disposição de todo o resíduo produzido pelos departamentos públicos, garantido através do decreto municipal n. 625/2009<sup>10</sup>. No município também existe, desde 2007, a Política Municipal de Resíduos Sólidos, instituída através da Lei n. 1.098 e sujeita a modificações diante da PNRS de 2010. A Política Municipal apresenta como atribuição, em seu artigo 6º, no inciso IV do parágrafo único, fomentar “a formação de cooperativas ou associações de trabalhadores autônomos que realizem a coleta, o transporte, a triagem e o beneficiamento de resíduos sólidos reutilizáveis ou recicláveis”. O que, na prática, é realizada de forma fragilizada, conforme as condições enfrentadas pela Associação e constatadas na pesquisa realizada.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/forpgs/showinglaw.pl>. Acesso em: 14 Jul. 2011.

## CAPÍTULO II - CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: EXCLUÍDOS?

### 2.1 O cenário atual da categoria sob o olhar do MNCR e da PNRS

Memórias acerca das primeiras movimentações em relação à coleta seletiva existem há décadas. O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) situa o surgimento do profissional catador de material reciclável em meados da década de 1950<sup>11</sup>, a mesma década em que, segundo Borin (2004, p. 54), o “desemprego estrutural foi se generalizando, sobretudo a partir dos anos 50, quando o país avançou rapidamente na incorporação da matriz produtiva da Segunda Revolução Industrial e Tecnológica, originária do final do século XIX nas economias centrais”.

Não cabe aqui fazer o resgate histórico do desenrolar da economia e da sociedade desde a década de 1950 até o século XXI; o que se quer de fato é apresentar as expressões da distante caminhada entre o surgimento dessa categoria e a densidade organizacional neste início de século.

Franguella (2004, p. 148-149) traz, em sua análise, os modos distintos de organização dos moradores de rua ao se aproximarem dos materiais recicláveis:

A coleta de materiais recicláveis começou há décadas como uma atividade que cumpria, sobretudo, uma outra função: em primeiro lugar, esses eram os materiais com que os moradores de rua construíam seus abrigos temporários, formas mínimas de proteção. Com a valorização recente da reciclagem de materiais desperdiçados pela sociedade de consumo, a coleta passou a ser uma forma de rendimento. Atualmente, os moradores de rua associados a esse perfil são, em geral, os que estão ligados às cooperativas ou articulando-os em torno delas.

Atualmente, na rua, essa forma adquire contornos variados. Pode ser uma atividade organizada e sistematicamente direcionada, ou uma prática contingente que visa a suprir uma necessidade básica do dia, como uma marmita ou um cigarro. O expoente da atividade está nos catadores de materiais recicláveis que exercem a atividade como um trabalho diário que lhes confere, como já dito, uma identidade política específica e autonomia mínima para tentar a saída da rua. A adesão a essa atividade de forma mais sistemática representa a possibilidade de um momento de passagem. Em sua grande maioria, os catadores de papel tinham profissão antes de irem para as ruas. Tornaram-se catadores de papel, serviço hoje mais rentável e possível, nas ruas. Porém é através dessa atividade que pretendem sair das mesmas.

---

<sup>11</sup> Informação posta no site do MNCR, disponível em: <[http://www.mnccr.org.br/box\\_2/formacao-e-conjuntura/ciclo-da-cadeia-produtiva-de-reciclagem](http://www.mnccr.org.br/box_2/formacao-e-conjuntura/ciclo-da-cadeia-produtiva-de-reciclagem)> Acessado em: 27 maio 2011.

Ainda hoje, segundo Silva (2006 p. 129 e 130),

Em geral as atividades realizadas para ganhar dinheiro pelas pessoas em situação de rua são informais, os chamados “bicos”, ou atividades que não têm uma continuidade. Entre as atividades que mais se destacam são a catação de materiais recicláveis, que vem ganhando cada vez mais expressão.

Os sujeitos entrevistados tinham em suas condições humanas características que os distanciavam, mas se encontravam na coleta de resíduos, na busca por condições mínimas de sobrevivência e, então, se assemelhavam.

Embora a catação seja tal como a atividade de vendedor ambulante, realizada informalmente, a partir de 1980 os catadores começaram a se organizar em cooperativas ou associações na busca pelo reconhecimento dessa atividade como profissão. Na década de 90, com o apoio de instituições não governamentais, foram promovidos encontros e reuniões em vários locais do país, com essa finalidade. (BERENGUEL, 2008, p.50)

Através do 1º Encontro Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em Brasília, no ano de 2001, foi fundado oficialmente o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que já havia sido discutido e organizado em meados de 1999, no 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel<sup>12</sup>. Em Brasília, no ano de 2006, o MNCR realizou uma grande marcha levando para o Governo Federal as demandas expressas das pessoas que sobrevivem da coleta de materiais recicláveis. A “Carta de Brasília”, escrita em 2001, informava a importância do trabalho que desenvolvem, priorizando a sua realização pelos catadores de materiais recicláveis, ressaltando propostas direcionadas ao poder executivo, a cadeia produtiva e em vista da cidadania dos moradores de rua (Anexo B).

Grande parte das proposições da Carta consta nas determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos; entre elas estão:

Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc.; definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis; priorização da

---

<sup>12</sup> Informação presente no site do MNCR, disponível em: [http://www.mnccr.org.br/box\\_1/sua-historia](http://www.mnccr.org.br/box_1/sua-historia). Acesso em: 27 de maio de 2011.

erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva; garantir nas políticas de financiamentos e subsídios, que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização dos materiais recicláveis que priorizem os projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de Materiais Recicláveis, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda. (CARTA DE BRASÍLIA, 2001)

Segundo Laclau (2006), por mais que as demandas se particularizem e sejam heterogêneas entre si, o que as une é simplesmente a oposição comum a um poder opressivo, propiciador da criação do sentimento básico de solidariedade entre todas as demandas. O MNCR é a expressão da força que se engrandece diante da união de seres humanos heterogêneos, mas que possuem a busca pela consolidação de objetivos em comum que lhes proporcionem “direito de trabalhar honestamente e sobreviver”.

As atividades do MNCR estão organizadas de forma hierárquica, apresentando articulações entre as cinco regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste) e entre os departamentos que o constitui, demonstrado na Figura 1 a seguir:



**Figura 1. Organograma do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável/ Fevereiro de 2008.**  
 Fonte: [http://www.mnrc.org.br/box\\_1/estruturas-regionais](http://www.mnrc.org.br/box_1/estruturas-regionais) [acesso em: 27 de maio de 2011]

Os espaços deliberativos do movimento são as Bases Orgânicas<sup>13</sup> e os Comitês Regionais<sup>14</sup>, respectivamente nas cores amarela e rosa da Figura 1. Na Coordenação Estadual estão presentes dois representantes do Comitê Regional, que por sua vez indica dois delegados para a Comissão Nacional. O movimento entende que, através dessa base de organização, possa incluir nos debates todos os catadores, possibilitando o que chamam de democracia direta, onde há a exposição das ideias e o debate antes da tomada de decisão, que deve proceder por consenso ou por maioria de votos, com participação coletiva.

O MNCR organiza suas ações com a finalidade de conquistar a valorização e o reconhecimento do trabalho realizado pela categoria de catador seguindo determinações apregoadas na Declaração dos Princípios e Objetivos do MNCR, a saber:

ARTIGO 1º: O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR, trabalha pela “auto-gestão e organização”<sup>15</sup> dos catadores através da constituição de Bases Orgânicas, em que a “participação” de todos os(as) catadores(as) que querem ajudar a construir a luta de seus direitos, seja um direito internamente garantido, mas também um dever do catador com a Base Orgânica, com um critério de democracia direta em que todos têm voz e voto nas decisões, conforme critérios constituídos nas bases de acordo;

ARTIGO 2º: O MNCR tem na “ação direta popular”<sup>16</sup> bem como em outras formas de organização um princípio e método de trabalho, que rompe com a apatia, a indiferença e a acomodação de muitos companheiros(as), que parta desde a construção inicial dos galpões e sua manutenção, não esperando que caia tudo

<sup>13</sup> Bases Orgânicas: As Bases Orgânicas do MNCR desenvolvem, nos espaços de trabalho e nas comunidades onde estão localizadas, diversos projetos de caráter popular que procuram resgatar a cultura e o protagonismo dos catadores e de suas famílias; mais informações disponíveis em: [http://www.mnccr.org.br/box\\_1/o-que-e-o-movimento/programa-de-luta-e-organizacao-nas-bases-do-movimento](http://www.mnccr.org.br/box_1/o-que-e-o-movimento/programa-de-luta-e-organizacao-nas-bases-do-movimento). Acesso em: 27 maio. 2011.

<sup>14</sup> Comitê Regional: O Comitê Regional de Catadores é uma instância deliberativa da Base Orgânica do MNCR. Reúne catadores de uma microrregião, ou seja, várias cidades próximas, no caso de cidades pequenas, ou vários bairros no caso de cidade grande e com grande quantidade de catadores. O Comitê reúne representantes das bases orgânicas que discutem e deliberam ações de luta e conquista dos objetivos no MNCR. Apoiadores não catadores participam das reuniões desde que sejam convidados por membros do Comitê. Informação disponível em: <[http://www.mnccr.org.br/box\\_4/duvidas-frequentes/o-que-e-um-comite-regional-de-catadores-de-materiais-reciclaveis](http://www.mnccr.org.br/box_4/duvidas-frequentes/o-que-e-um-comite-regional-de-catadores-de-materiais-reciclaveis)>. Acesso em: 27 maio 2011.

<sup>15</sup> Segundo a Declaração dos Princípios e Objetivos do MNCR: “Autogestão” é a prática econômica em que os trabalhadores são os donos das ferramentas e equipamentos de produção. Autogestão é o modo de organizar o trabalho sem patrões, com a decisão, o planejamento e a execução sob controle dos próprios trabalhadores.

<sup>16</sup> Na Declaração dos Princípios e Objetivos do MNCR, “ação direta” é um princípio e método que carrega o sentido do protagonismo do povo auto-organizado, ou seja, é o povo que deve fazer diretamente as transformações, com o exercício de suas próprias forças, união, organização e ação, sem viver esperando para que os outros façam por nós, que caia do céu como um milagre ou um presente, sem que nos esforcemos para isso. A ação direta pode ser da pessoa para o grupo, do grupo para a base, da base para o movimento, e do movimento para a sociedade.

pronto do céu, e até as mobilizações nas grandes lutas contra a privatização do saneamento básico e do lixo, contribuindo para a preservação da natureza, mas também lutando pelo devido reconhecimento e valorização da profissão dos catadores;

ARTIGO 3º: O MNCR busca garantir a “independência de classe”<sup>17</sup> em relação aos partidos políticos, governos e empresários, mas também lutando pela gestão integrada dos resíduos sólidos com participação ativa dos catadores organizados, desde a execução da coleta seletiva com catadores de rua, até a triagem e o beneficiamento final dos materiais, buscando tecnologias viáveis que garanta o controle da cadeia produtiva, firmando com os poderes públicos contratos que nos garantam o repasse financeiro pelo serviço prestado à sociedade, e cobrando das empresas privadas, produtora industrial dos resíduos o devido pagamento pela nossa contribuição na reciclagem.

ARTIGO 4º: No MNCR, ao contrário do individualismo e da competição, buscamos o “apoio mútuo”<sup>18</sup> entre os companheiros(as) catadores(as), e praticando no dia a dia das lutas a “Solidariedade de Classe”<sup>19</sup> com os outros movimentos sociais, sindicatos e entidades brasileiras e de outros países. E desta forma ir conquistando “o direito à cidade”, local para trabalho e moradia digna para todos, educação, saúde, alimentação, transporte e lazer, o fim dos lixões e sua transformação em aterros sanitários, mas com a transferência dos catadores para galpões com estruturas dignas, com coleta seletiva que garanta a sustentação de “todas as famílias”, com creches e escolas para as crianças.

O I Encontro Estadual dos Catadores de Materiais Recicláveis do Paraná, no ano de 2010, ligado ao MNCR, foi realizado no distrito Faxinal do Céu, da cidade de Pinhão - PR, e

<sup>17</sup> Conforme a Declaração dos Princípios e Objetivos do MNCR, “a independência de classe” é o princípio histórico que orienta a luta do povo na busca pela nossa verdadeira emancipação das estruturas que nos dominam. Significa que a união do povo, nossa luta e organização, não pode ser dividida por diferenças partidárias, nem se deixar manipular ou corromper pelas ofertas que vêm das classes dominantes, dos governos e dos ricos; não significa ignorar as diferenças, sabemos que elas existem e são saudáveis, porém não podem ficar acima do movimento a ponto de dividi-lo. O acordo com esse princípio é o que pode contribuir para que o grupo não sofra manipulações futuras.

<sup>18</sup> Na Declaração dos Princípios e Objetivos do MNCR, o “apoio mútuo” ou ajuda mútua é o princípio que orienta a atitude para a prática que contribui para a construção da solidariedade e da cooperação; é contrário aos princípios da competição, do egoísmo, do individualismo e da ganância.

<sup>19</sup> Segundo a Declaração dos Princípios e Objetivos do MNCR, a “solidariedade de classe” é o princípio histórico da união de todos os pobres. A sociedade em que vivemos está dividida em classes: pobres e ricos, opressores e oprimidos, os que mandam e os que obedecem. “Nosso povo faz parte das classes oprimidas, como os sem-terra, os sem-teto, os índios, os negros e quilombolas, os trabalhadores assalariados, etc... É importante compreendermos isso pois em nossa luta, sozinhos não venceremos; a verdadeira vitória só pode ocorrer com uma profunda transformação da sociedade, ou seja, onde não existam mais ricos ou pobres, opressores e oprimidos, mas sim liberdade e igualdade.”

contou com a participação de cinco municípios do litoral paranaense (Matinhos, Antonina, Paranaguá, Guaratuba e Morretes). O evento culminou com a elaboração de uma declaração, dirigida à sociedade, ao poder público, às próprias organizações do MNCR e aos técnicos apoiadores reunidos, sobre as questões prioritárias a serem enfrentadas pelo MNCR/PR (Anexo B).

Entre as diversas propostas condizentes à realidade no estado do Paraná expostas no Encontro, todas se mostram possíveis de fortalecer o ambiente de trabalho dos integrantes da coleta seletiva no município de Matinhos. No entanto, aqui algumas serão tratadas como elementares para que as demais também sejam alcançadas, pois se tratam de instrumentos que já existem e fortalecem a articulação da categoria, mas se encontram afastadas da região litorânea do Paraná, a saber: manter e ampliar as parcerias para apoiar as atividades da coordenação estadual e dos comitês; ampliar a representação da Coordenação Estadual, por meio da formação de novos Comitês; incluir os catadores(as) nas discussões e decisões sobre a questão dos resíduos sólidos e coleta seletiva no município e no estado, por meio de comissões (Comitês) intersetoriais para a inclusão social dos catadores(as); criação de novos Fóruns Lixo e Cidadania, regionais e/ou municipais.

No mesmo ano deste I Encontro houve a aprovação da PNRS, em 2 de agosto de 2010, que cria oportunidades a quem vive de reciclagem no Brasil. O documento discorre acerca das reivindicações que durante anos fizeram parte dos princípios e objetivos do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Ela sujeita a observância às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvem ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos, e “reúne um conjunto de princípios e objetivos, instrumentos e diretrizes, metas e ações adotadas pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à geração integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos”. Apresenta, entre outros princípios, o “reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e promotor de cidadania”, exigindo na elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos algumas determinações que se orientam de acordo com o espaço de ação, trazendo

responsabilidades aos geradores de resíduos, além do poder público, com o intuito de promover:

- A não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos, a redução da quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada, que sejam realizadas em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;
- Ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos: implantação do sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articulação com os agentes econômicos e sociais de formas de utilização do composto produzido; a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação;
- A proibição de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos através da queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- A proibição, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, da “catação” e da fixação de habitações temporárias ou permanentes;
- A elaboração de metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, dentre outras ações.

A PNRS surge como esperança para muitos profissionais da coleta seletiva que ainda trabalham de maneira precária em lixões e locais impróprios e são discriminados socialmente por aqueles que desconhecem a importância da coleta seletiva para a perpetuação da vida e do meio ambiente. O catador, excluído do processo de produção, sobrevive do que a indústria, o comércio e a população rejeitam, e acabam por se tornar responsáveis por 89% do trabalho de produção da matéria-prima que vai para a indústria ser reciclada<sup>20</sup>. A indústria coloca seus produtos no mercado e, após sugar toda lucratividade esperada, não se responsabiliza pelas

---

<sup>20</sup> Dado encontrado no site no MNCR, disponível em: [http://www.mnccr.org.br/box\\_2/formacao-e-conjuntura/ciclo-da-cadeia-produtiva-de-reciclagem](http://www.mnccr.org.br/box_2/formacao-e-conjuntura/ciclo-da-cadeia-produtiva-de-reciclagem) Acesso em: 27 maio. 2011.

embalagens e pelos resíduos produzidos, sendo estes direcionados aos aterros sanitários e lixões.

O pronunciamento realizado no dia 06 de junho de 2011 pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, ressalta a importância do “catador” na sociedade brasileira, além de apresentar a Política Nacional:

O Brasil produz por dia mais de 183 mil toneladas de lixo urbano. Mais de um milhão de pessoas trabalham e sobrevivem da reciclagem desse lixo. Mesmo assim, grande parte dessa riqueza vem sendo desperdiçada. O Brasil deixa de ganhar 8 bilhões de reais anualmente por não reciclarmos tudo o que é possível.

O lixo deve ser separado mesmo que em sua cidade o serviço de limpeza urbana acabe misturando os dois tipos de resíduos. A simples atitude de separar o lixo facilita o serviço dos catadores, que são os grandes parceiros para a promoção da reciclagem, e o lixo deixa de ser lixo!

O trabalho desenvolvido pelos catadores poupa recursos naturais, reduz os gastos do governo com o sistema de limpeza, aumenta a vida útil dos aterros sanitários e incrementa a cadeia produtiva das indústrias recicladoras com geração de trabalho.

A partir de 2014, os lixões a céu aberto serão proibidos. Com essa proibição, os municípios serão obrigados a separar os resíduos para fazer o descarte ambientalmente correto. Atualmente, o serviço de coleta seletiva está presente em apenas 18% das cidades brasileiras, porque ela ainda não é obrigatória em nosso País.

O governo brasileiro vem fazendo sua parte. Em dezembro de 2010, o Congresso aprovou a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Já regulamentada, a nova lei determina a correta disposição dos diversos tipos de resíduos. Diz como se dará a atuação do setor empresarial e obriga as empresas a reciclarem seus resíduos.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece à realidade de trabalho dos catadores de materiais recicláveis uma nova oportunidade, ou seja, a esperança de uma transformação nas condições atuais que muitos desses trabalhadores vivenciam em seu processo de trabalho. Trabalhadores que passam a se reconhecer e a ser reconhecidos – para além da Classificação Brasileira de Ocupações, que, em 2002, considerou-os oficialmente uma categoria profissional – como designados únicos com a responsabilidade de desenvolver a atividade que desempenham e como cidadãos ingressando em um cenário composto por oportunidades.

A PNRS torna lei algumas reivindicações feitas pelo MNCR e alimenta possibilidades à coletividade dos catadores de materiais recicláveis, uma categoria que em sua extensão é cercada por particularidades. Portanto, juntamente com essa gama de possibilidades entreabertas nas disposições dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, esperam-se aspectos que inter-relacionem trabalho, saúde e a vida da categoria, para que não sejam desconsideradas particularidades da mesma.

Nesse contexto, são necessárias reflexões sobre as ações em defesa da construção coletiva, em concordância com as atitudes que se centralizam no combate à resignação e à naturalização do sofrimento e da exclusão social, sendo capaz de estabelecer a leitura crítica da realidade do paradigma social para a construção e reconstrução do conhecimento no ambiente em conjunto às particularidades expostas no mesmo, de forma que a técnica seja assumida como suporte e não mais como definidora do conhecimento nesses espaços. (PPP - UFPR Litoral, 2008).

### **CAPÍTULO III - A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DOS CATADORES DA AMAGEM (MATINHOS - PR)**

#### **3.1 Apresentação dos integrantes entrevistados da coleta seletiva na AMAGEM: trajetória de vida, trabalho e saúde.**

A evidência oral, transformando os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira (THOMPSON apud Scarpinatti, 2008, p. 06).

Partindo do pressuposto que, segundo Kofes (2001, p. 13), “a experiência de um sujeito preciso não escapa das concretudes socioculturais que tensamente o realizam enquanto pessoa”, este item apresenta os trabalhadores que compuseram a pesquisa e que deram sentido às diversas reflexões aqui abordadas a partir de suas trajetórias de vida envolvendo o trabalho na coleta de materiais recicláveis, em particular na condição de integrantes da Associação Municipal dos Agentes Ambientais de Matinhos (AMAGEM).

As experiências do cotidiano, expostas pelos integrantes da coleta seletiva, proporcionaram à pesquisadora conhecimentos variados das lógicas envolvidas no ofício decorrentes dos enfrentamentos diários, estratégias para sobreviver e poder perpetuar suas intenções que nem sempre tinham apenas um benefício próprio, mas era também em prol de uma categoria e da localidade em que se encontram.

Não se almeja reconstituir a vida por completo dos que aqui serão apresentados, pois existem detalhes das experiências cotidianas, como a ordem cronológica dos fatos, que não foram acessados nas interlocuções com os entrevistados, talvez porque não quiseram dizer, ou não se recordaram de forma precisa, ou possivelmente suas respostas foram suficientes para as indagações que se estabeleciam no decorrer do diálogo. Serão utilizados os relatos de experiência para também analisar o que poderia ter contribuído uma direção comum (o trabalho com resíduos sólidos), e como isso reflete na vida dessas pessoas, demonstrando a interação existente entre trajetórias de vida, trabalho e saúde.

#### **Luiz**

Aos cinquenta anos de idade, é representante da AMAGEM. Inicialmente pareceu não muito à vontade com a presença da pesquisadora, mas com o tempo foi possível garantir uma

aproximação em virtude do convívio e da insistência em permanecer no local todos os dias, o que acabou ocasionando a revelação de sua história de vida, aqui apresentada em alguns parágrafos.

Aos sete anos de idade, Luiz e um primo, poucos anos mais velho, ao verem as condições de vida insustentáveis de sua família, resolveram sair da casa de seus pais em um sítio na cidade de Piabiru, interior do Paraná, e arriscar a vida na cidade grande, Curitiba, para viver, como ele mesmo fala, “que nem piá de rua, por conta própria”. Foi, então, ainda muito jovem que Luiz encontrou na catação condições mínimas para sobreviver nas ruas: “A partir do momento que eu saí de casa, ou eu ia ser catador, ou eu, criança, ia morrer de fome. Então eu apelei ser catador do que ser um piá de rua”.

Com o passar dos anos, Luiz se casou, comprou um pequeno terreno, construiu seus próprios carrinhos e passou a comprar o material de outros catadores. Quando se pergunta sobre o que ele costumava vender no “ferro-velho”, ele fala também de como ele se designava naquele ofício: “Todo o tipo, sempre eu fui, como diz, um atravessador<sup>21</sup>”. Nesse momento é expresso um sentimento de orgulho pela função que exercia. Como atravessador, administrava a compra e a venda dos materiais, gerava renda para muitos catadores e era como aqueles que hoje mantêm a Associação em atividade, possibilitando a venda dos materiais. Durante os relatos, tentava provar suas habilidades, como a de ter sido capaz de gerir esse ofício que detinha para subsistência como um empreendimento.

Aos dezoito anos, enquanto sua mulher cuidava do seu empreendimento, ele foi trabalhar na construção civil como servente e, em menos de dois anos, abriu sua empreiteira de mão de obra, pela qual foram construídos muitos prédios.

As transformações na vida de Luiz não acabam aí: morou e viajou para muitas cidades e foi durante uma de suas viagens que sua mulher vendeu sua casa em Brasília - DF e todos seus patrimônios, até o filho que eles chegaram a ter, e morreu atropelada. Quando voltou a Brasília, resgatou imediatamente seu filho e, sem nada que o fizesse continuar naquela capital, escolheu o litoral do Paraná para recomeçar, por acreditar que poderia encontrar oportunidades de uma vida melhor em Matinhos, junto com seu filho de quatro anos. Passou

---

<sup>21</sup> Atravessador: São comerciantes de materiais recicláveis, que realizam a compra do material, já coletado por catadores e demais agrupamentos destes, o transporte e a venda dos materiais recicláveis para as grandes indústrias, com condições financeiras e estruturais um pouco melhores do que as das associações no litoral do Paraná, mas que também compõem o elo frágil da cadeia produtiva de resíduos sólidos.

frio, fome e, sem moradia, dormiu alguns dias na areia da praia. Conseguiu um emprego de vendedor de suco e, com o rendimento que obtinha nessa função, começou a reconstruir sua vida. Comprou um terreno no bairro Vila Nova, região caracterizada pelo grande número de ocupações irregulares, onde construiu sua casa e continuou a criar seu filho, que hoje é técnico em informática.

Logo retomou as atividades realizadas outrora no “ferro-velho” em Curitiba e abriu um empreendimento no terraço de sua casa em Matinhos. O projeto não durou muito pois a proposta da prefeitura de criarem a AMAGEM fez com que ele se unisse aos catadores do bairro. Foi então que começou as atividades junto à AMAGEM, que hoje se encontra no terreno dele.

Há cinco anos, Luiz completou o ensino médio e fez cursos de eletricista, atendente de lanchonete e repositor de mercadoria. Porém, mesmo diante de outras possibilidades de trabalho, ele diz: “Eu faço aquilo que eu gosto, então eu acho muito bom. Apesar de que eu tenho várias profissões, já trabalhei em várias. Até hoje eu, o que eu gosto, o meu prazer é mexer com isso (coleta seletiva). Esse é o meu trabalho predileto!”.

## **Dalton**

Dalton, aos oitenta anos de idade, é aposentado e trabalha na AMAGEM prensando os materiais a serem vendidos. Ele se identifica apenas com o espaço de trabalho em que se encontra, dizendo-se incapaz de realizar as demais atividades na coleta seletiva. Expõe uma realidade muito frequente, em que as pessoas continuam trabalhando mesmo após se aposentarem.

Ele tem problemas no coração, na coluna e nas pernas, e diz que por isso não pode realizar atividades que exijam esforços físicos exagerados, porém trabalha na prensa, uma atividade que exige força nas mãos e nos braços para coletar o material e colocá-lo dentro da máquina, assim como para empurrar os blocos de 80 a 150 quilos para a área a que devem ser destinados. A Associação é carente de equipamentos para realizar esse transporte, e agachar constantemente para pegar o material no chão é exaustivo, principalmente aos joelhos e às costas.

Nasceu em São Lourenço do Sul – RS, onde fez colégio militar e estudou até a sexta série do ensino fundamental. Morou no Paraná por dez anos, onde se casou; foi para São

Paulo, aos 39 anos, teve sua primeira experiência com o trabalho na prensa em um depósito de papel por dois anos; passou poucos dias no Mato Grosso e logo voltou para o Paraná, na cidade de Paranaguá, e foi trabalhar em um colégio estadual como inspetor de alunos até se aposentar.

Em cada lugar que passou, construiu casa, tinha dois carros e juntou suas economias, mas após a morte de sua mulher, relata ter perdido tudo para a própria família. Hoje, mora em um terreno próximo ao barracão da Associação, numa casa de alvenaria e madeira de cinco pequenos cômodos, com sua nova companheira, Regina. Foi ela quem lhe apresentou o trabalho na coleta seletiva e lhe proporcionou reconhecer sua importância já que antes tinha atitudes discriminatórias em relação às pessoas que o executavam: “Vou entrar num serviço porco igual esse aí, um serviço de mendigo?”.

Dalton, após cumprir anos de trabalho, aos 80, ainda diz: “O que importa é eu ter uma vida de trabalho e que venha superar as minhas necessidades, de que falta alguma coisa ali. O ganho da gente nunca é de acordo com aquilo que a gente merece. Mas eu espero que vá melhorar, né?”. E quando lhe perguntam sobre um dia ruim de trabalho na Associação, ele responde: “Um dia ruim pra mim é o dia que não tem nada, pra mim é ruim. Porque eu preciso ganhar uns troquim. Olha, a gente tem a água pra pagar, tem a luz, né? Então aquele pouquinho que entra, ele me ajuda, né?”. Dalton disse que o rendimento mensal, com a aposentadoria que recebe, a venda de “estopas” que sua mulher faz e o que ganha na Associação, não ultrapassa os oitocentos reais, nem sempre suficientes para pagar as contas e sustentar os dois mais o neto que vive com eles.

## **Regina**

Regina, cinquenta e três anos, é a companheira de Dalton, moradora da pequena casa no bairro Vila Nova. Ela já não compõe mais o quadro dos integrantes na atividade da coleta seletiva na AMAGEM. Há pouco tempo se afastou das atividades na Associação após sentir dores nas costas e de barriga, entre outros motivos pessoais não revelados.

Nasceu e cresceu em Guarapuava, onde cursou até a quinta série do ensino fundamental, e veio para o litoral paranaense “tentando melhorar a vida”, como ela mesma diz, assim como muitas pessoas que vivem ali. É mãe de cinco homens e três mulheres já emancipados e hoje possui a guarda do neto de onze anos.

Trabalhou na AMAGEM desde a criação e relata sua experiência:

Eu não sabia nada quando eu entrei ali, eu não conhecia nada de material. Aí, como tinha a irmã Lurdes, ela me ensinou tudinho e eu não tive dificuldade pra mim aprender. Ela me ensinava uma vez só, porque ela colocava, né, nos pacotes, uma coisa, outra, um material, outro material. E eu aprendi rapidinho.

Enquanto trabalhou na AMAGEM, e antes também, Regina fazia corte e costura de estopas de pano e tapetes para que o seu companheiro os vendesse em Paranaguá, e assim aumenta até hoje o único rendimento fixo que possuem, a aposentadoria de Dalton. Quando trabalhava na AMAGEM, o ganho que obtinha representava o maior percentual de rendimento agregado aos demais da família. Naquele tempo, além de trabalhar na Associação e com a confecção das estopas e tapetes, ela também realizava o trabalho dentro de casa, como fazer comida, lavar roupa, limpar a casa, entre outros. Em seus dias faltava tempo, o que ela agrega positivamente a sua vida:

Eu não posso parar, guria, eu tenho que tá mexendo com uma coisa, ou senão com outra. O meu jeito é esse, eu aprendi assim. Só que não tem como eu parar. Se eu parar eu já começo a pensar as coisas, já fico nervosa, né? Porque a gente é cheio de problema com a família da gente, sabe? Não assim sobre negócio de droga, vício, essas coisas, sabe? Mas entre eles lá, família, desemprego, sabe? Isso aí você sabe que uma mãe sofre muito causa disso, sabe? E se eu parar de lutar, aí me enche minha cabeça com aquilo ali e eu acabo ficando nervosa, ficando doente. Porque eu sou muito nervosa, sabe?

Hoje, afastada das atividades na Associação, ela se dedica integralmente à sua confecção e aos cuidados com a casa, mas quando vê um material na rua não deixa de juntar em uma sacola e levar para a Associação, assim como de realizar a separação dos resíduos recicláveis dentro de sua casa.

## **Neco**

Neco, aos cinquenta e três anos, é minoria entre os associados da AMAGEM: é natural do litoral paranaense, de Alexandra, distrito de Paranaguá, onde cursou até a quinta série do ensino fundamental.

Está há 12 anos morando em Matinhos, no bairro Vila Nova, e há dois com sua companheira, Dione. É o principal representante da Associação junto aos espaços de articulação com o poder público local.

Trabalhou aproximadamente vinte e cinco anos como pedreiro, porém um acidente de trabalho o impossibilitou de continuar exercendo essa função. Diz receber hoje um auxílio do INSS equivalente a 14% do salário mínimo, pois se encontrava apenas 80% apto para o trabalho. A aptidão que possibilitava a Neco continuar trabalhando o obrigou a ir à procura de outros ofícios. Foi então que começou a trabalhar como ambulante vendendo casquinha, que ele mesmo faz, na areia da praia e, posteriormente, para outros comerciantes.

Em meio aos dias de sol quente na areia e do baixo rendimento proporcionado pela venda de casquinha, ele começou a catar latinhas e garrafas PET enquanto fazia sua venda. Logo percebeu que o rendimento alcançado com a venda do material reciclável era maior; deixou a venda das casquinhas e passou então a ser um catador: “[...] de repente eu já esqueci que eu era vendedor e já comecei a ser catador”. A grande quantidade de catadores no município de Matinhos sempre foi evidente a qualquer pessoa que por ali passasse. Em função desse grande volume numérico e demais interesses públicos surge a AMAGEM. De acordo com Pedro, inicialmente a Associação parecia para todos uma chance de mudar a condição econômica em que se encontravam. Nem todos os associados eram catadores, entretanto, segundo Pedro, aqueles que tinham a coleta seletiva como única forma de subsistência acabaram saindo da Associação. Ele diz:

Porque, queira ou não queira é uma profissão que gera muito dinheiro, gera muito dinheiro. A gente só não teve a oportunidade de ainda, de... Que a gente tem a visão de como funciona, só que você não teve o espaço de chegar lá. Entendeu comé que é? Porque você ter a visão é uma coisa, você pegar o espaço teu é outra.

Você não tem outra sobrevivência no caso, então é difícil. É difícil porque o dia a dia no caso, você tem uma visão do final do mês de como funciona. Então só como a gente tem, eu no caso e mais a minha companheira, que tem um outro ramo no caso, você não tem tanta, eu falo, aquela sobrevivência direta da coleta seletiva.

A vida que criou em meio ao espaço onde vive condiciona Neco a viver em função do tempo e da falta dele, constantemente. “Entre o lazer e o trabalho no caso, infelizmente eu acho que é só trabalho. Só trabalho porque não sobra esse espaço aí.”.

Porque é assim no caso, como vendedor ambulante que eu era na areia, eu não tinha espaço pra tomar o banho, porque na hora de tomar o banho eu tinha que correr na areia pra ganhar o dinheiro, né? E hoje não é diferente, hoje não posso nem ir no calçadão, num posso nem mesmo tomar um sorvete, porque na hora de tomar um sorvete eu tenho que tá atrás do fogão industrial.

Ele começa suas atividades às duas horas da manhã para conseguir produzir a quantidade de que precisa em casquinha. Às seis horas já está trabalhando com a seleção dos materiais na coleta seletiva ou já saiu às ruas para catar mais material. Esta última é sua atividade preferida e onde sente que trabalha melhor, pois se julga comunicativo e acha a comunicação essencial para quem trabalha na catação do material conseguir sensibilizar e educar as pessoas na rua e em suas casas sobre a importância dessa profissão. Normalmente, por volta das oito horas da manhã ou na parte da tarde, tem reunião com o poder público ou eventos da categoria.

Independente de qual seja sua atividade no dia, é às dez horas da noite o horário de retornar à sua casa, para dormir e recomeçar o dia às duas horas da manhã mais uma vez, trabalhando de segunda-feira a segunda-feira. Sua companheira, Dione, conta que muitas vezes na hora de comer ele dorme com o prato na mão e derruba toda a comida.

O rendimento total que obtém todo mês, segundo ele, não ultrapassa os oitocentos reais, quatrocentos reais em cada uma dessas funções.

Seu plano para o futuro, exposto em sua fala, é:

Que eu pudesse chega numa certa idade que todo mundo consegue passar a ser aposentado pelo INSS, ter aquela contribuição quem sabe pra ajudar, mas não parar assim, agora ficar de braços cruzado vendo aí trabalhar, ao contrário, eu quero tá sempre ensinando aí outras pessoa, entendeu? Que é através do conhecimento que você adquire no caso, que você deve tá sempre passando, sempre passando porque se eu não conseguir passar pro filho, você vai ter que passar pra um neto, pra um bisneto o teu conhecimento, pra que aquilo que você adquiriu no seu tempo de vida aqui na terra não se perca.

## **Dione**

Nascida em Erechim, no Rio Grande do Sul, aos sete anos de idade se mudou com toda a sua família para a cidade de Francisco Beltrão – PR, onde permaneceu por pouco tempo e, após sucessivas mudanças e a morte de sua mãe, a família resolveu se mudar para o litoral paranaense, primeiramente na cidade de Paranaguá e, em seguida, na cidade de Matinhos, onde ela se encontra até hoje. As mudanças constantes se davam na tentativa de encontrarem melhores oportunidades de trabalho e renda para garantir a subsistência de todos.

Hoje com cinquenta e oito anos, mora com Neco em uma casa de alvenaria aos fundos, com quatro pequenos cômodos e um extenso jardim. Trabalha há seis anos como “zeladora” de uma loja no centro da cidade três vezes por semana, e os demais dias, incluindo

sábados e domingos, trabalha na Associação. Segundo ela, o rendimento que obtém mensalmente é em torno de quinhentos reais, dependendo do fluxo de materiais na Associação e, portanto, da necessidade de seu trabalho.

Segundo ela, o trabalho na Associação iniciou devido à vontade em ajudar Neco, pois via o companheiro trabalhar incessantemente; ao mesmo tempo, acabou descobrindo na atividade a possibilidade de melhorar suas condições financeiras e poder também proporcionar melhores cuidados para o filho dependente químico, que tem dificuldade em se sustentar.

Eu tenho um menino que ele é dependente químico, tem época que ele para, vai ficar na casa de reposição, fica bem, mas de repente ele cai de volta, sempre tem que tá ajudando ele. Não tem um trabalho fixo, né? Então sempre tem que tá comprando roupa ou mandando dinheiro ou... Quando ele morava na minha casa lá, tinha que fica pagando luz, pagando água, as coisa tudo.

Dione teve seis filhos e hoje apenas três se encontram vivos. Apesar de não morarem mais com ela e já constituírem novas famílias, ela fala do aumento no rendimento com a catação como uma possibilidade de ajudar os filhos quando necessário. Recorre constantemente, durante o diálogo, a uma fé superior, agradecendo por poder trabalhar e expondo que o fato de ser diabética, hipertensa e ter dores no braço direito nunca a impede de exercer suas funções, pois toma os remédios e se cuida corretamente.

Quando o diálogo se refere ao trabalho dentro da Associação, ela relata o desconforto ao ter que separar o material reciclável dos rejeitos, caracterizando este como um dia ruim de trabalho - um dia bom é aquele em que nos sacos se encontram apenas os resíduos e rejeitos secos. Em suas falas se remete à utilização de luvas como de extrema necessidade e de constante uso durante o exercício de sua função.

Ela avalia a atividade que realiza na “mesa” essencial para o andamento das demais dentro da coleta seletiva e diz ser essa a função com a qual mais se identifica, pois se sente despreparada e envergonhada para as que a possam expor aos olhares da sociedade que, para ela, discrimina a categoria por não considerar os catadores como profissionais.

Dione estudou até a quinta série do ensino fundamental, diz ter tentado continuar os estudos há poucos anos, mas a dificuldade visual que possui a impossibilitou de ir até o final do curso. Hoje, quando o assunto é “planos para o futuro”, ela diz: “Eu não sei, eu sempre trabalhei como zeladora, e outra coisa, agora já tô com idade já, não tenho estudo, tudo é mais

difícil, né? Agora já tô velha, quando eu era nova, pensava em fazer plano, mas não deu nada certo e agora já nem penso mais em plano”. Os sonhos acabam se concentrando nos filhos, para os quais ela espera que a vida ofereça melhores oportunidades. Em relação à coleta seletiva, Dione demonstra seus anseios e diz:

Eu até gostaria que aquele meu menino que é dependente químico trabalhasse aqui, só que ele é difícil né?

Agora minha filha, ela trabalha, ela vem ali, ela trabalha, ajuda. E agora quando foi os dias do feriado ela queria vir ajudar nós. E ela é rápida e ajuda e ela não tem problema, eu até gostaria, mas só que ela já tem um serviço dela, né? Mas quando cai feriado grande ela vem aqui ajudar a trabalhar.

### 3.2 A relação entre a trajetória de vida dos integrantes da coleta seletiva e o ambiente de trabalho.

Através dos relatos de experiência de vida dos catadores de materiais recicláveis em Matinhos, é possível interpretar na extensão do discurso os significados atrelados ao processo de integração social que vivenciaram durante as transformações no decorrer de sua trajetória. Nesse processo de integração social também é possível visualizar como nos tornamos naturais às construções de desigualdade. Peixoto (2010, p.13) aponta essa naturalização da desigualdade como “produto ou subproduto de um sistema atual de consumo e rede social”.

A pobreza deixa marcas na vida dessas pessoas que se expressam constantemente nas falas. Seus discursos são reflexos das lutas, das derrotas e das conquistas arduamente alcançadas. Marcas que seriam impossíveis de passar pela invisibilidade se, segundo Juncá (2005), o fato de serem tão “diferentes” dos padrões estabelecidos e aceitos socialmente não os aproximassem de um mundo desqualificado a ser mantido a distância. Peixoto (2010) traz em seu texto uma análise a respeito dos pensamentos de Bauman (2007)<sup>22</sup>, no qual a autora diz que, para ele, o cenário da pobreza é “considerado intolerável pelo conjunto da sociedade de maneira que os pobres são obrigados a viver em uma condição de isolamento”, e acrescenta que para ele a heterogeneidade dos pobres é a representação de um fenômeno da degradação do mercado de trabalho e o recurso à assistência social se traduz em uma crescente diversificação de pobres oriundos de diversas categorias sociais.

<sup>22</sup> BAUMAN, Z. Tempos Líquidos. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar. 2007b.

A Associação de catadores de resíduos sólidos é uma união de sujeitos que apresentaram alguns pontos em comum nas histórias de vida em meio à pobreza, a saber: a fome, o desemprego, a necessidade, a falta de qualificação profissional, o difícil sustento familiar, a instabilidade, a conformação com o que não se tem, a capacidade de recomeçar e a aproximação com o lixo. Sujeitos que também foram persistentes na vida, a fim de assegurar sua sobrevivência e muitas vezes a de sua família; e mais que isso, foram persistentes na busca por conquistar um trabalho que os possibilitassem ser reconhecidos e “incluídos” socialmente.

Durante tentativas incessantes de ocupar um lugar que os colocasse como cidadãos e com o reconhecimento pela importância de seu trabalho. Segundo Juncá (2005, p.171), os “rotulados de ‘excluídos’ pareciam combinar, em seu cotidiano, momentos de entrega e luta”, com instâncias de resistência ao cotidiano vivenciado, apreendiam esforços para retomar a realidade perdida ou nunca alcançada. Muitas vezes eram discriminados, como se fossem algo pejorativo, achavam que qualquer pessoa que se aproximasse deles poderia ser também vítima dessa discriminação que retratavam com naturalidade e a que se diziam acostumados. “Se prepare, porque depois que você sair na rua comigo e seus amigo verem, você vai ser motivo de gozação”, disse Luiz durante uma das atividades da vivência, que se dava na catação de material com o carrinho de mão.

Regina já não trabalha mais na Associação, por motivos de saúde e outros que não foram revelados. Durante nossa conversa, ela demonstra constantemente vontade e necessidade de retornar à coleta seletiva, um reflexo que a função produziu em sua vida cotidiana. Para ela,

esse é um serviço que todo mundo podia considerar, porque é uma limpeza que a pessoa tá fazendo, é um bem que a pessoa tá fazendo tanto pra gente como pro ambiente, meu Deus do céu! Eu fico triste quando eu vejo uma garrafa PET em uma lixeira que eu não posso trazer, pra mim pôr ali, pra mandar pro barracão. Porque eu sei que aquilo ali prejudica o ambiente, porque eu sei que aquilo ali é um bem que as pessoas fazem, a pessoa deveria ser mais considerado, sabe? Os catador devia de ser mais considerado porque eles não são considerados como uma pessoa que tá trabalhando.

Cada um desses trabalhadores, representantes da Associação, expressam as identidades em relação ao trabalho que executam, expõem características e estratégias particulares nas ações e no reconhecimento do espaço em que atuam. Para Trajano e Carvalho

(2003), essa identidade com o trabalho está intimamente relacionada com o “social”. As identificações se apresentam nas relações com o contexto que gerou aproximação a essa área de trabalho e também pelo que lhes mantém nesse espaço.

Para Netto e Braz (2008, p.43), “o trabalho é constitutivo do ser social<sup>23</sup>, mas o ser social não se reduz ou esgota no trabalho. [...] O desenvolvimento do ser social implica o surgimento de uma racionalidade, de uma sensibilidade e de uma atividade que, sobre a base necessária do trabalho, criam objetivações próprias”. Portanto, Trajano e Carvalho (2003, p.174) ponderam que parte-se

[...] da tese da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea e no processo de construção identitário dos sujeitos trabalhadores, abordando-se trabalho e identidade como processos que se interconectam dialeticamente. Nesta perspectiva, o “trabalho” aparece como “definidor por excelência do humano”.

A maioria dos associados tentou, durante a trajetória de suas vidas, de forma semelhante, encontrar em Matinhos possibilidades de uma vida melhor. O município se caracteriza fortemente pelo turismo sazonal, que nos meses que compreendem a “temporada” atrai muitas pessoas não só pelo turismo, mas também na busca por trabalho, pois culturalmente é nesse período que há uma grande emergência de ofertas de emprego, junto ao aumento do fluxo populacional e consequentemente do consumo local com a vinda dos turistas à região. Essa realidade que se afirma na fala de Neco: “Porque geralmente tudo acontece na temporada. Porque é na temporada que tudo evolui, que tem mais material”.

Através da análise das entrevistas, é possível observar uma reprodução da pobreza<sup>24</sup>, que não se encerra naquela pessoa entrevistada, mas se estende aos demais familiares desta. A sustentabilidade não se limita apenas a uma necessidade própria, mas de um contingente familiar, que muitas vezes também não encontrou espaço no mercado de trabalho. “A gente é cheio de problema com a família da gente, sabe? Não assim sobre negócio de droga, vício,

---

<sup>23</sup> *Ser Social*: a interpretação a respeito de ser social neste item do capítulo III se refere ao que foi apresentado por Netto e Braz: “o ser social constitui-se como um ser que, dentre todos os tipos de ser, se particulariza porque é capaz de: 1- realizar atividades teleologicamente orientadas; 2- objetivar-se material e idealmente; 3- comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada; 4- tratar suas atividades como a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente; 5- escolher entre alternativas concretas; 6- universalizar-se; e 7- socializar-se. Só ele é capaz de agir teleologicamente, só ele se propõe finalidade e antecipa metas – em suma, só ele dispõe de capacidade de projetar.

<sup>24</sup> Parte-se do conceito de pobreza por I. Buchanan (1972, p. 225, apud, Milton Santos 2009, p.19) em que “o termo pobreza não só indica um estado de privação material como também um modo de vida – e um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação insegura”.

essas coisas, sabe? Mas entre eles lá, família, desemprego, sabe? E se eu parar de lutar, aí me enche minha cabeça com aquilo ali e eu acabo ficando nervosa, ficando doente.” (Regina, 52 anos).

A Associação, além de ser formada pela união de moradores do bairro Vila Nova, envolvidos ou não na coleta seletiva, apresenta também uma rotatividade de pessoas com algum grau de parentesco. “Eu gostaria que a minha filha trabalhasse ali, a Linda. Que a Linda já sabe também trabalhar ali, sabe? Ela trabalhou com nós ali, agora ela tava desempregada.” A fala de Regina, que expõe a condição de desemprego em que se encontra sua filha, mostra a realidade de mulheres que buscaram na coleta seletiva a tentativa de se inserir no mercado de trabalho. Cabe introduzir aqui uma abordagem de gênero, trazida por Singer (2006, p.63-64), que diz ser “a discriminação de gênero, no Brasil, um outro forte correlato de renda. A maior parte dos avanços na direção da igualdade entre homens e mulheres foi registrada entre os estratos acima da média de escolaridade. Contudo, a situação das mulheres das ‘classes populares’ mudou muito menos, e um número crescente delas foi levado à carência econômica ao se tornarem chefe de família”.

Ao falar de sua filha, que também já não trabalha mais na Associação, Regina expõe outra característica muito comum na Associação: a rotatividade de pessoas que passam a compor os associados efetivos<sup>25</sup> na AMAGEM, pois muitos que passam a trabalhar nela não a consideram como fonte total de rendimento, se é que podemos chamar de renda algo tão incerto e irregular, que muitas vezes atinge valores inferiores ao mínimo de que necessitam para a subsistência. Perante essa situação alguns passam a desenvolver outras atividades para sustentarem suas famílias.

Outra situação comum são daqueles que já desenvolvem outra atividade ou, ainda, são aposentados que passam a integrar a Associação apenas como um complemento à renda, e que trabalham de acordo com as necessidades que se apresentam de forma constante.

Eu trabalho de zeladora. Há seis anos. Que eu preciso (trabalhar na Associação) né? Que eu ajudo meus filho, né? Eu tenho um menino que ele é dependente químico, tem época que ele para, vai ficar na casa de reposição, fica bem, mas de repente ele cai de volta, sempre tem que tá ajudando ele. Não tem um trabalho fixo, né? Então sempre tem que tá comprando roupa ou mandando dinheiro ou... Quando ele morava

---

<sup>25</sup> *Associados Efetivos*: de acordo com o Estatuto que rege a AMAGEM, os “associados efetivos” são aqueles que estão devidamente cadastrados no livro oficial de associação da entidade, em dia com suas obrigações. Os sócios, segundo o Estatuto, também podem ser classificados como “fundadores” e “beneméritos”.

na minha casa lá, tinha que ficar pagando luz, pagando água as coisa tudo, né?  
(Dione, 58 anos)

A realidade expressa por Dalton não poderia ficar de fora: um senhor de oitenta anos, já aposentado após trabalhar anos como inspetor de alunos na escola pública, revela sua paixão ao trabalhar na prensa<sup>26</sup> e com orgulho se reconhece como essencial na atividade dentro da Associação. Dalton expõe a insuficiência do mínimo salarial para que se mantenha condições de subsistência; apesar do gosto pelo trabalho na Associação, sua atividade ali também está diretamente relacionada a melhoras nas condições financeiras.

O mundo dessas pessoas parecia circunscrito apenas ao trabalho; enquanto os trabalhos que desempenhavam não davam as condições suficientes para sobreviver, estavam constantemente buscando novos ofícios com os quais pudessem proporcionar a si e aos familiares condições reais para a sobrevivência.

Neste trabalho, muitas foram as semelhanças entre os personagens pesquisados, porém várias também foram as diferenças identificadas entre eles, que se apresentavam visivelmente até mesmo na forma de executarem trabalhos em comum. Em cada um existe uma particularidade que atribui “como”, “onde” e “por quê” trabalham na coleta seletiva. São expostas algumas indagações trazidas por Juncá (2005, p.170), que merecem esclarecimento em qualquer que sejam os espaços que se proponha o desenvolvimento de planos, projetos e programas com intencionalidade de melhoras e promoção dessa categoria, a saber:

Quem são os catadores de Lixo? Marginais? Trabalhadores? Indivíduos que se misturam com o resto? Resto que tem cara de fim de linha ou resto que constitui um recomeço? Como se desenha o universo das “sobras” e dos “sobrantes”? O que catam os catadores? Para onde estão caminhando? Que mecanismos de inclusão podem ser proferidos por meio da experiência com as sobras?

### 3.3 O ambiente de trabalho e as estratégias de segurança e saúde.

A estrutura física da Associação dos Agentes Ambientais da Vila Nova (AMAGEM) é pequena, considerando a quantidade de resíduos que poderiam ser destinados a ela no município de Matinhos e a quantidade de catadores na região que poderiam estar trabalhando

---

<sup>26</sup> *Prensa*: equipamento utilizado para prensar papel, papelão e garrafas em geral. Na venda, o material prensado passa a apresentar um maior valor agregado.

dentro dela. As divisões entre as áreas de trabalho não apresentam nenhum tipo de sinalização, mas se organizam de forma que facilitem o desenrolar das atividades, e são perceptíveis apenas para aqueles que a desempenham, pois num primeiro olhar os materiais parecem amontoados diversos naquele espaço tão pequeno.

A entrada apresenta um muro baixo, sem portão, com um trecho do terreno não cimentado onde os resíduos sólidos (metais, tubos de óleo e borracha) e os rejeitos<sup>27</sup>, que chegam até a Associação em meio ao material reciclável, são separados e depositados em cima da terra. Logo à frente, há um espaço maior onde são realizados os trabalhos dos associados, em um terreno cimentado e com uma cobertura contínua que compõe o barracão. Esta área encontra-se dividida em cinco pequenos espaços que se confundem em meio aos resíduos separados em grandes sacolas plásticas denominadas *bags*, e o amontoado de sacolas com resíduos que ainda serão separados.

A organização dos espaços se dá no sentido da produção, sendo os materiais coletados pelo caminhão e pelos catadores associados depositados na entrada da Associação, em cima da parte cimentada do terreno e, posteriormente, distribuídos em sacos plásticos que se amontoam na sequência, chegando muitas vezes aos fundos da Associação. Ao lado se encontram duas mesas, uma para o desmanche de materiais eletrônicos e outra, rodeada por sacolas brancas denominadas “bags” e pelos sacos de lixo preto, para separação dos materiais em geral de acordo com as exigências dos compradores, chamados de “atravessadores”; a dois passos está disposta a prensa rodeada por materiais já separados e prontos para serem prensados. Ao serem transformados em “fardos”<sup>28</sup>, são lançados para uma pequena área onde se localizam os materiais prontos para comercialização; nessa mesma área também estão dispostos os carrinhos utilizados pelos catadores da região que trabalham na coleta de resíduos para a Associação. Atrás da mesa de separação dos materiais, existe um banheiro e uma pequena pia e, aos fundos da Associação, está a casa do associado Luiz.

Na região ao redor do barracão da Associação de Agentes Ambientais de Matinhos (AMAGEM), um olhar sensível de quem nunca havia vivenciado as sete horas da manhã

---

<sup>27</sup> *Rejeitos*: de acordo com PNRS, Capítulo II, artigo 3º e inciso XV, rejeitos são resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.

<sup>28</sup> *Fardos*: Material (papel, papelão, garrafas PET e plásticos) prensado, pronto para venda e para circular na cadeia produtiva de resíduos sólidos.

daquela região pode captar a vida amanhecida, se por acaso chegou a adormecer. Os catadores já nas ruas com seus carrinhos, crianças com cerca de três anos jogando bola em meio ao lixo e materiais recicláveis muito presentes nas residências que cercam a Associação.

Na AMAGEM, estava apenas um dos quatro associados que trabalhavam naquela manhã, pois um deles já havia saído ainda na madrugada daquela segunda-feira para realizar a atividade de catação nas ruas e duas outras integrantes se encontravam próximas da Associação a espera do caminhão da coleta seletiva. Eram poucos naquela manhã para o volume de resíduos já acumulados dentro do barracão desde a semana anterior, mas também não era o bastante para um rendimento mínimo de todos. Era reduzido também o número de associados efetivos, os que eles chamam de ativos na coleta seletiva<sup>29</sup>, chegando até nove associados em dias de atividades mais intensas.

Uma região formada por ocupações irregulares é onde se encontra o barracão da AMAGEM atualmente, dentro do terreno onde mora um de seus associados. Socialmente excluídos, são forçados a ocupar o mercado informal, assim como os espaços informais e nesse mesmo local são forçados a “ganhar a vida”. “No Brasil, a exclusão das instituições formais é fortemente condicionada por fatores econômicos”. Para exemplificar sua fala anterior, Singer (2006, p. 64) traz o caso de São Paulo: “na maior e mais rica cidade do Brasil, 65% dos habitantes vivem em conjuntos informais, principalmente porque não têm recursos para pagar o preço de uma residência decente”. Ainda segundo o autor, “a maioria dos brasileiros trabalha, compra e vive informalmente porque sua situação econômica não lhe oferece qualquer outra alternativa”. (2006, p.64)

O barracão apresenta em seu interior materiais que se confundem com os resíduos sólidos que chegam ali e que, muitas vezes, passam também a ser utilizados como instrumentos para o trabalho. É o caso das geladeiras usadas como armários para arquivar os documentos; das vassouras que já quase sem cerdas são encaixadas em pedaços de madeira e utilizadas para juntar os materiais; da carcaça da máquina de lavar roupas, com uma placa de metal em cima, que forma uma mesa de separação; uma placa de trânsito em frente à prensa, substituindo uma porta de ferro que já não existe mais, a fim de impedir que o material seja expelido durante a pressão que a prensa exerce sobre o montante em seu interior; entre outros

---

<sup>29</sup> *Coleta Seletiva*: segundo Definições no Capítulo II, artigo 3º e inciso V, é a coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição.

objetos que não são fruto de reutilização, mas instrumentos destinados diretamente para o trabalho e deteriorados pelo tempo, como a prensa muito enferrujada com pedaços de madeira encaixados em sua estrutura para sustentar ação exercida pela mesma, a mesa de madeira com bordas laterais produzida artesanalmente com restos de madeira, e a balança para a pesagem do material vendido, enferrujada em toda a sua estrutura e com rodas ovais. O intuito é se munir de estratégias que propiciem exercer o trabalho.

O espaço onde a Associação se encontra possui uma estrutura pequena para atividade a qual se destina, com 150m<sup>2</sup> (15 metros de comprimento e 10 metros de largura). Grande parte se encontra coberta com toldo e com o chão cimentado, mas ainda existe parte do terreno sem nenhuma cimentação, onde os resíduos sólidos - entre eles, metais, tubos de óleo, borracha e os rejeitos<sup>30</sup> - que estão em meio ao material reciclável são separados e depositados em cima da terra. “Tem muita comida, tem muita coisa misturada, muita... daí quando chega pra eu abrir (os sacos), aí aquilo é muito triste, mas agora eu até já acostumei.” (Dione, 58 anos).

Segundo Nunes, Cunha e Junior (2006, p.06), docentes da área de biológicas, o lixo

[...] é destinado a ser desprezado, pois sua permanência no ambiente humano pode redundar em efeitos indesejáveis, com repercussão na saúde e bem-estar do homem. Mesmo que não se constitua em fonte primária de contaminação, pode propiciar o desenvolvimento de fatores ecológicos que passam a constituir parte integrante da estrutura epidemiológica de algumas doenças.

O processo produtivo acerca da atividade na coleta seletiva é um fator importante a ser considerado, já que este, como em qualquer outra profissão, pode ou não estar associado aos problemas de saúde de quem o exerce. Apesar da falta de disposição de elementos precisos para dialogar a respeito dos impactos à saúde correlacionados ao trabalho com o lixo, com o decorrer da pesquisa e o acompanhamento diário dos trabalhadores da coleta seletiva, é possível apresentar inúmeros riscos, expostos pelos próprios trabalhadores, além de estratégias para o enfrentamento dos mesmos.

Alguns riscos e estratégias de enfrentamento podem ser notados nos relatos diversos, como os feitos por Regina, associada que, durante as atividades que executava na Associação,

---

<sup>30</sup> *Rejeitos*: de acordo com PNRS, Capítulo II, artigo 3º e inciso XV, rejeitos são resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.

teve problemas de saúde que a impossibilitaram de continuar trabalhando. Ela conta que o trabalho que executava era um “exercício físico” exaustivo para as costas e pernas: “Eu tive problema de saúde por causa da minha coluna. Eu trabalhava muito assim arcada, né? Pegava no chão! A mesa tava lá atrás e muito cheio”. Diz também que a acentuação das dores fez com que ela tomasse algumas alternativas que a possibilitasse continuar trabalhando. “Por exemplo: eu tinha um pacote aqui de saco de latinha, né? Eu colocava um em cima do outro pra mim ficar de pé ali, pra não arcar mais as costas, né?”. Hoje, Regina atribui ao trabalho muitas das doenças que teve, e relata ainda a falta de equipamentos de segurança adequados, como as luvas que, segundo ela, “não prestavam” e a quantidade de ratos que estavam no ambiente de trabalho, a causa de suas dores de barriga.

Já Dione lembra as dores que sente no braço direito enquanto realiza sua função na Associação, mas relata não serem devido à atividade, por já tê-las sentido antes de iniciar o trabalho ali. Dalton se lembra dos colegas de trabalho que se acidentaram e até mesmo suas próprias queixas de dores no corpo: “Coisinha de serviço mesmo que acontece tanto ali como em qualquer outro lugar”. No trabalho em cima do caminhão, em um pequeno contêiner sem nenhuma estrutura para que se segurem, a não ser uma corda de seda amarrada por eles, podem-se ouvir relatos do tipo: “Se segure! Ele [o caminhoneiro] às vezes esquece e sai correndo. Precisa ver quando ele chega lá no asfalto”, disse uma das associadas que trabalha no veículo, durante uma das atividades da pesquisa participativa, relatando de forma banal o acidente de uma das colegas de trabalho, que caiu do caminhão em movimento e teve pequenos ferimentos, mas logo retornou à atividade.

As doenças, quando relatadas, eram atribuídas ao dia a dia, sendo repetidas vezes destacadas como condições propiciadas por uma rotina qualquer, que se assemelha ou não àquela vivenciada em seu trabalho, no qual podem estar expostos às chuvas, outras vezes ao calor de dias ensolarados, às atividades que lhes exigem esforço físico e ao contato com diversas substâncias que poderiam ser encontradas em outros lugares e que também seriam capazes de lhes causar doenças. Os trabalhadores demonstravam que viver representava o risco à saúde, e o trabalho era uma necessidade que os mantinha em frente ao risco de viver.

Quando a pergunta era referente à existência de doenças acarretadas pelo trabalho na Associação, pode ser observado nos relatos que só é considerada doença a condição que impossibilita a realização do trabalho:

Eu tive paralisia [facial] e continuei trabalhando! Só que assim, isso foi um choque térmico, que eu tava na rua. [...] Então foi causa do choque térmico porque eu até procurei um lugarzinho pra se esconder, por que eu sabia que tava muito suado, que tinha que se esconder, mas não deu tempo, não achei onde. (Luiz, 50 anos)

Apresentam, de forma ainda mais comum nas respostas, doenças atribuídas a terceiros e a eles mesmos, ou seja, a existência de acidentes ou qualquer indisposição está relacionada à falta de cuidado ou desatenção do próprio trabalhador. Essa justificativa é muito presente na fala de Dalton ao se referir aos cuidados que tem na atividade com a prensa para que não se machuque com os ajustes precários feitos na mesma, e ao amigo que vê muitas vezes se alimentando com parte dos alimentos que vêm dentro dos sacos: “Acho que depende do cuidado. A pessoa que tem que se cuidar”.

Juncá (2005), ao se defrontar com questões parecidas em seu trabalho com diversas formas de organização de catadores, questiona: “Estariamos aqui diante da possibilidade de desqualificar ainda mais o trabalho exercido, sendo preferível localizar os possíveis problemas e desvantagens nos próprios indivíduos?”.

A relação do trabalho na coleta seletiva de materiais recicláveis com o surgimento de doenças no ambiente de trabalho não é consenso na academia. Autores como Eigenheer e Sertá (1992, apud Portilho, 2006, p.142) assinalam

[...] que não há indicativo de que os catadores de lixo sejam mais doentes do que outras pessoas da mesma classe social, evidenciando que os mesmos não contraem mais doenças por estarem em contato com o lixo do que outras pessoas que vivem em condições sociais semelhantes.

O fato é que tais afirmativas não inviabilizam determinantes ambientais e de saúde levantados por outros cientistas sobre a ocupação profissional na coleta seletiva; apenas trazem à tona a discussão de uma situação mais complexa que envolve um conjunto de relações entre a sociedade e o ambiente. Há semelhanças entre os espaços onde a categoria que integra a coleta seletiva habita e trabalha, assim como os demais espaços onde estão os também socialmente excluídos em semelhante posição de classe, pois “impositivamente”, devido à falta de alternativas, são colocados em espaços em que há condições produzidas pela própria produção e reprodução social.

“Saúde era sinônimo de capacidade para trabalhar, não podiam realmente declarar-se doentes, haja vista a rotina que desenvolviam na atividade de catação.” (JUNCÁ, 2005,

p.173). Teriam os que ali ainda permanecem desenvolvido alguma forma de defesa em seu organismo, na realidade que enfrentaram durante anos de invisibilidade social da qual pareciam não poder escapar? “Tem um monte lá [luvas de segurança], mas ela me atrapalha no serviço.” (Luiz, 50 anos). Com a instalação da nova PNRS, são necessárias a elaboração de normas de segurança e saúde, a esses trabalhadores que sejam adequadas de forma a assegurar o trabalho que realizam, ou seja, sem extingui-los do espaço que se encontram por não se adaptarem ao que já demonstram adaptações.

Na AMAGEM as histórias sobre as trajetórias de vida, trabalho e saúde refletem a invisibilidade social que assola esses indivíduos. São populações que se caracterizam não só pela análise econômica, mas também pela abordagem social, assim como o que constitui a ligação dessas duas, pois uma transfere implicações à outra, concomitantemente, na vida, no trabalho e na relação que estabelecem com o que designam saúde.

### 3.4 Percepções e significados do trabalho na e da AMAGEM para os “catadores”

#### 3.4.1 Significados da estrutura organizacional da AMAGEM

O associativismo, segundo Albuquerque (2003, p.15), tem sua essência “fundada na repartição do ganho, na união dos esforços e no estabelecimento de um outro tipo de agir coletivo”. Teoricamente, na estrutura organizacional da AMAGEM, todos os fatores que envolvem a produção são custo e mérito operacional do associado, pois cada trabalhador é “sócio” do resultado produzido, assim como do ambiente que cultiva e usufrui no dia a dia de trabalho, sendo responsáveis pelos pagamentos das contas de água e luz, e de qualquer ocorrência que tenha causado prejuízo aos instrumentos no ambiente da produção, assim como dos investimentos necessários à continuidade e à produtividade da Associação. Segundo a Declaração de Princípios e Objetivos do MNCR, em seu artigo 4º, no MNCR, ao contrário do individualismo e da competição, busca-se o “apoio mútuo” - prática que contribui para a construção da solidariedade e da cooperação - entre os catadores.

No entanto, quando se adentra a dinâmica organizacional da AMAGEM, foram expostos elementos que, em certa medida, contrariam o que define o associativismo e os

princípios do MNCR. Os integrantes da coleta seletiva na Associação se mostraram resistentes à instabilidade da renda, o que acabou gerando a exigência do pagamento de quantias fixas para sua permanência na atividade, de forma que pudessem também assegurar o sustento de sua família, visto que algumas pessoas possuíam a Associação como única fonte de renda. Apenas dois dos nove integrantes participavam da divisão igualitária dos ganhos, ou melhor, daquilo que sobrava, pois o pagamento de “diárias” aos demais associados, que muitas vezes ultrapassavam os ganhos totais da Associação, ocasionava descontos sobre o que, em tese, lhes era devido.

As problemáticas na organização do trabalho, no que se refere à carga horária exercida e o pagamento de “diárias”, geraram conflitos e ocasionaram desistências por parte de alguns associados. A proximidade física com a Associação e a forma como esta dispunha a utilização dos instrumentos de trabalho propiciavam ao associado autonomia para iniciar e interromper a atividade conforme achasse necessário. Não formavam estratégias, portanto, para o controle da carga horária diária trabalhada por cada um, visto que os horários de trabalho se davam de forma diversa. Assim, as “diárias” não apresentavam horário fixo, não ocorrendo o pagamento de forma igualitária, sendo estipuladas pelo aparecimento ou não do associado nas instalações da Associação ao olhar do Presidente, quando este se encontrava no barracão. No entanto, a não fixação de horários possibilitava a permanência de muitos, que podiam nos demais horários estabelecer outras funções que lhes gerassem renda.

Sabiam a importância do trabalho que exerciam e que eram dependentes um dos outros, mas não deixavam de enaltecer sua função. Alguns se sentiam insubstituíveis, talvez uma forma de autoafirmação, ou por acreditar realmente que eram fundamentais, enquanto outros consideravam igualmente importantes o trabalho de cada associado para que as atividades fossem concluídas. Os depoimentos dão indicativos da percepção deles em relação ao trabalho, a saber:

Eu posso me considerar a engrenagem principal dela. A engrenagem principal dela no caso, porque na minha ausência, dois dias fora da Associação, tenho certeza absoluta que já sentem, que os que tão trabalhando sentem falta de alguma coisa que tá sobrando, material em algum lugar errado, porque é a respeito da administração, entendeu? Hoje a AMAGEM no caso, a administração, a pedra fundamental é eu. (Neco, 53 anos)

Olha, eu acho que a minha função é importante, porque depende de eu separar para poder pensar, né? E quando acontece que eu não vou, nossa! Se não tiver as coisas separadas não tem como pensar, né? Daí, que nem seu Dalton, ele pensa o papelão

rapidinho, ele tem PET, tem terceiro, tem o leite, né? Então tem muita coisa ali que a gente separa pra ele pensar, né? Porque eu acho que o meu trabalho é importante, né? Depende um do outro. (Dione, 58 anos)

O fato é que, com o tempo, cada um foi adquirindo uma habilidade própria na ação em que passava a maior parte do tempo: no carrinho tinham uma técnica adquirida na prática para empilhar os diferentes materiais sobre a carroça, além de reconhecerem de longe o material que procuravam; na mesa de separação tinham técnicas para dispor os materiais ao redor da mesa e davam a eles nomes simbólicos com o intuito de facilitar o reconhecimento dos materiais na separação, sendo assim mais hábeis; a prensa impunha força nas mãos para pegar o material agrupado e arrumar dentro dela a quantidade exata de confeccionar os “fardos”; no desmanche, era preciso conhecer cada material existente no interior das carcaças dos eletrônicos que propiciavam a comercialização, além de habilidade e força para manusear o martelo; na administração, era preciso saber escutar as reclamações constantes e encontrar saídas, que muitas vezes não eram satisfatórias a todos os integrantes, de forma a manter todos unidos nas atividades e garantir que os ganhos sejam suficientes para os gastos e o pagamento do trabalho de todos.

Segundo o presidente da Associação, o pagamento das “diárias” permanecia por três motivos: para manter aquelas pessoas na atividade da Associação, pela falta de interessados em fazer parte das atividades e por ocorrência do rendimento que oscilava muito entre cada mês, relacionado diretamente à quantidade de resíduos que circulavam pela Associação. As dificuldades do trabalho associado são expressas nas falas a seguir:

Dificuldade de cada um deles, porque quando eles se associam no caso eles têm uma visão de catador, mas eles têm uma visão de vim ganhando um pouquinho no caso, vim ganhando um pouquinho melhor, vim ganhando um pouquinho a mais, entendeu só comé que é? A partir do momento que eles entram eles veem que é tudo diferente. Que eles têm que vir e trabalhar pra um grupo. E daí, muitas vezes, no caso, eu não quero dividir com a minha companheira e a minha companheira não quer dividir comigo, agora você imagina vir trabalhar para dividir com um grupo. (Neco, 53anos)

O motivo da redução [no número de associados trabalhando] é o ganho, né? Porque todos eles falam: “Não, tô ganhando muito pouco”. Entra muito pouco material para muita gente e muita divisão. Porque realmente, nós tamo mantendo esse caminhão, mas não cobre os custo das menina, das duas. Tem dia que vem material suficiente, mas essa semana teve uns três dia que o custo ficou 50 real e nós ganhamo 10. Tive que tirar 40 do bolso para repor o custo. Eu e seu Neco, que não depende diretamente daqui. Tamo é empurrando com a barriga pra não fechar a Associação, porque se dependesse de viver da Associação, já tinha fechado no primeiro mês.

Porque nós começamos com 25 pessoa, quando foi 20 dia tinha duas pessoa aqui dentro. Aí eu falei: “Num vamo fecha!” (Luiz, 50 anos)

Na AMAGEM, a lógica da economia solidária<sup>31</sup> no processo de trabalho encontra-se fragilizada, pois cada um se sente responsável apenas pelo seu “setor”, seguindo concepções mais próximas do trabalho fragmentado, comum à lógica fordista, não se sentindo responsável por expor sugestões que transfiram seu reconhecimento das necessidades existentes em todo o empreendimento do qual faz parte. Observa-se, em seus depoimentos, que estão à espera de uma liderança que lhes diga o que fazer. Ao mesmo tempo, expõem, de forma predominante, o sentimento de encantamento com a possibilidade de integração social e de mudança da condição social. O associado exprime um posicionamento de quem quer ser liderado, quer ser “salvo”, a fim de assumir apenas o papel de associado à coleta seletiva e profissional, não conseguindo agir de maneira “empreendedora” sobre a coletividade.

Nas regiões próximas ao local onde se encontra as instalações da Associação, podem ser vistos grande quantidade de catadores com seus carrinhos que não estão associados à AMAGEM. Estes são, para a maioria dos associados, “bêbados” que só querem catar para sustentar o vício e que, por isso, não conseguem manter um compromisso com a atividade. O que gera reflexão em consonância com o objetivo aqui proposto é a fragilidade dessa instituição naquele espaço, tanto administrativamente como na infraestrutura, que não a coloca como um espaço de representação com participação generalizada dessa categoria, pois a mesma pode ser vista de forma plural independente entre os moradores do próprio bairro.

Através de um olhar interno à Associação, encontramos a união de pessoas com necessidades econômicas e sociais que encontraram nos resíduos sólidos, após intensas movimentações em diversas formas de trabalho e regiões, a esperança de melhorarem sua condição de vida, sentimento comum entre os associados. No entanto, se considerarmos a diversidade de pessoas envolvidas nessa atividade econômica e suas preferências de trabalho no processo que abrange a coleta seletiva, qualquer proposição quanto à constituição de instituições que promovam a associação de catadores como espaços únicos com legitimidade

---

<sup>31</sup> Segundo Singer (2003, p.116), economia solidária é um conceito que gira “ao redor da idéia de solidariedade, em contraste ao individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas”, tendo referido às organizações de pessoas que “estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos”.

na cadeia produtiva podem gerar processo de exclusão, pois não agregariam aqueles que, por múltiplos motivos, a ela não pertencem.

A situação evidenciada remete ao questionamento acerca da dimensão alcançada pelo associativismo para essa categoria que, neste caso, passou a ser empregado apenas pelas lideranças sem que houvesse o compromisso de todos os integrantes associados, contrariando o propósito de solucionar necessidades comuns e conseguir melhores condições de vida para todos. Prevalece o posicionamento individualista, as ações desempenhadas não têm a solidariedade como princípio, quando reconhecem a importância das ações desempenhadas pelo outro no processo de produção a veem de maneira individual, se aproximando mais de condições que estabelecem a divisão social do trabalho do que o esforço sobre ações solidárias.

Outro problema enfrentado por cooperativas, associações, grupos em geral de coleta seletiva e catadores autônomos é o preço dos materiais manipulado pelo mercado mundial de reciclados, pois os materiais, mercadorias primárias, possuem o seu preço cotado e negociado de forma global e estão sujeitos às variações de preço que as indústrias praticam, influenciando o aumento ou a diminuição do pagamento sobre esse material e afetando diretamente a renda dos integrantes da coleta seletiva.

Vale lembrar que a fundação da AMAGEM se deu em abril de 2009, quando foram vivenciados reflexos de uma crise mundial que repercutiu diretamente na diminuição do preço do material comercializado pelos catadores. Coube ao MNCR o enfrentamento das estratégias capitalistas que transferiam o ônus do pagamento pela crise aos agentes envolvidos na coleta seletiva, estimulando a categoria a fazer frente a essa situação de forma que cobrassem dos “capitalistas” o pagamento do valor real dos materiais recicláveis, ou provocassem os governos para que subvencionassem os preços dos materiais recicláveis até que o valor real desses materiais fosse restabelecido no mercado. Segundo Cardoso (2009), um dos líderes do MNCR, “além disso, é necessário manter firme nossa luta para que os catadores, e não as empresas, sejam remunerados pelos serviços que prestam de coleta seletiva às suas cidades”<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Material publicado pelo MNCR no site, disponível em: <http://www.mncr.org.br/artigos/o-catador-nao-pode-pagar-pela-crise/>. Acesso em: 27 maio. 2011.

Na AMAGEM, apesar de toda a mobilização em âmbito nacional, os associados não demonstram o reconhecimento sobre a crise naquele momento, de forma que não a coloca entre as dificuldades que tiveram para se estabelecer. A aproximação dos catadores naquele momento poderia ter se tornado um instrumento de defesa, fortalecedor da categoria, frente aos ônus trazidos pela crise, no entanto, nesse período acabaram por assumir os prejuízos trazidos com a diminuição no valor do material comercializado que atingia diretamente o rendimento total da Associação.

O material abaixou muito o preço, né? Já com o tempo ele teve valor, até a latinha teve um tempo que tava bem alto o valor, daí foi abaixando, né? E daí no caso as pessoas trabalhavam assim pra dividir, né? E tinha época que não dava nada. Daí foi uma coisa que as pessoas se recusaram, né? Vamo dizer que eles tavam direto ali e trabalhavam muito e não ganhavam quase nada. (Dione, 58 anos)

Apesar de sentirem os reflexos da crise financeira que se acentuava no ano de 2009, não atribuíam a ela as dificuldades vivenciadas naquele momento e nem se utilizavam de estratégias articuladas pelo MNCR. A desarticulação política na AMAGEM é expressa também no desconhecimento de políticas, leis e decretos que envolvem a categoria, podendo estar diretamente relacionada à falta de tempo e de estratégias de comunicação que possibilitem sua interlocução com os articuladores da categoria.

Pode-se perceber também o afastamento do MNCR da AMAGEM, por mais que para a Associação o Movimento represente uma entidade fortalecedora da categoria e que haja uma articulação nacional e internacional. A forma como vem refletindo suas ações na região litorânea do Paraná é frágil, pois não apresenta nem ao menos uma Comissão Regional específica, tendo aproximação ao MNCR apenas nas eventuais atividades do Fórum Lixo e Cidadania<sup>33</sup> na cidade de Curitiba - PR.

A sociedade se transformou e passou a existir em um tempo global, desconsiderando a possibilidade de um tempo local; temos um relógio que anda em um mesmo compasso e todos o acompanham e fazem suas exigências se baseando naqueles que conseguem se expressar da melhor forma no menor tempo possível. Não há como negar que, por mais que estejamos condicionados a seguir essa regra instaurada pelo sistema econômico vigente, cada grupo,

---

<sup>33</sup> Fórum Lixo e Cidadania: criado para operacionalizar o Programa Nacional Lixo e Cidadania, apresenta como metas: a erradicação do trabalho de crianças e adolescentes que vivem e sobrevivem como catadores de lixo em lixões e nas ruas; a melhoria da situação socioeconômica das famílias que sobrevivem da reciclagem dos resíduos sólidos; a redução dos impactos ambientais produzidos pelos lixões e aterros inadequados e a construção de conhecimento sobre o tema no intuito de subsidiar a formulação de políticas públicas.

região ou país também manifesta particularidades. Entretanto, todos os efeitos causados por esses fenômenos locais provocam consequências em todo o planeta, com a forte conexão tecnológica e de informação que vivemos e a livre competição estimulada pela lógica de mercado.

Bauman (2001) refere-se à sociedade atual como cerceadora de um ambiente novo, onde as organizações sociais não podem mais manter sua forma por muito tempo. Até mesmo tentativas de desenvolvimentos locais estão condicionadas a seguir transformações em interações impostas por um contingente global. Assim, de acordo com Santos (2006, apud PPP, p.07),

[...] os lugares também se podem unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum, susceptível de criar normas locais, normas regionais [...] que acabam por afetar as normas nacionais e globais através de um conhecimento sistemático da realidade, mediante um tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual.

Na AMAGEM, cada passo característico em sua organização se dá através da apreensão de resultados positivos para o envolvimento de seus associados; independente de suas mutações constantes, estão sempre trabalhando na perspectiva de encontrar melhores resultados e alcançar os objetivos que fizeram essas pessoas se encontrarem no universo do lixo. O conhecimento deve passar a ser compreendido, não mais atribuído de forma direta por sua “exatidão”, de maneira tecnicista, mas por sua complexidade, pois novas ideias surgem constantemente dentro e fora do âmbito local, obrigando a população a se movimentar, gerando imprecisão nos limites impostos sobre os conhecimentos ditos consolidados.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, através dos Planos Municipais, torna oportuno o desenvolvimento das metas constantes na lei que institui a política, entre elas a inclusão social e a emancipação econômica dos catadores. Nesse sentido, após as experiências aqui expostas, infiro que eles serão capazes de possibilitar o desenvolvimento desses empreendimentos quando os propósitos forem viáveis localmente, de forma que os locais sejam aptos a interagir com os incessantes fenômenos da globalização, mas também com ações que ponham em prática a gestão social, pautada num conjunto de estratégias de reprodução da vida social com ampliação do acesso à riqueza social – material e imaterial – usufruindo de bens, recursos e serviços, entendidos como direito social sob valores democráticos como equidade, universalidade e justiça social.

### 3.4.2 Cadeia produtiva de resíduos sólidos: os integrantes e as relações estabelecidas

Se antigamente catar lixo era uma atividade realizada somente pelos moradores de rua ou pessoas em situação de mendicância com o intuito de conseguir alimentos, roupas e utensílios para o uso pessoal, atualmente os catadores são integrantes da coleta seletiva de material reciclável e compõem a cadeia produtiva da reciclagem no país.

Mas o que compreende a cadeia produtiva da reciclagem de resíduos sólidos? Basicamente ela é constituída pelo produto, alvo do consumo em massa, e o posterior descarte quando seu uso de certa forma se tornou inválido aos consumidores. Na condição de lixo, é “capturado” pelos catadores de materiais recicláveis, que por sua vez comercializam o seu produto com os donos dos depósitos, chamados de “atravessadores” – na maioria, por falta de estrutura que os possibilitem a entrega direta ao setor industrial. Os atravessadores vendem o material às grandes indústrias de reciclagem, que processam um novo produto a ser vendido ao comércio para ser consumido e reiniciar mais uma vez o ciclo da cadeia produtiva, até que esse material perca seu potencial para ser reciclado e vire rejeito. Esquemático na figura a seguir:

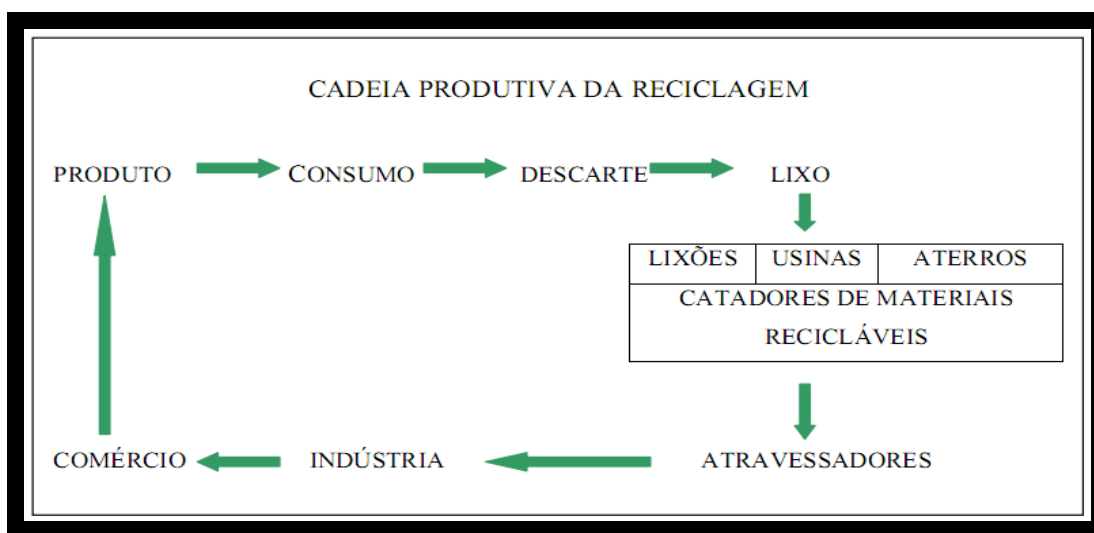


Figura 2. Adaptado de Bursztyn (2000), apud Gonçalves (2004, p.28).

Na AMAGEM, o atravessador é figura importante para que a Associação encontre seu fim comercial, apesar de hoje algumas organizações maiores já terem conseguido extingui-la. Os atravessadores que constituem o cenário da coleta seletiva no município de Matinhos são

donos de pequenos empreendimentos, em condições não muito melhores do que a dos catadores da região, destinados à compra dos materiais coletados e prensados. Alguns possuem seus catadores específicos, ou seja, que trabalham para eles na coleta de resíduos – havendo inclusive situações de catadores que também moram nesses depósitos. Os atravessadores fazem o transporte dos materiais comprados até os grandes centros industriais. A diferença é que o fato de comprarem o material torna desnecessário destinarem muito tempo para a função de coleta, ao contrário do que ocorre com os catadores, e por isso acabam tendo condições de se dedicar a outros empreendimentos

Os catadores estabelecem vínculos com os compradores da coleta realizada, entretanto, constantemente nos relatos dos integrantes da AMAGEM, é possível compreender o sentimento de subordinação em relação aos atravessadores, que se acentua ainda mais no litoral devido à falta de infraestrutura para comercializar e obter melhores valores para a venda do material na região. Considerados personagens “indesejáveis”, pela falta de competitividade no mercado de resíduos local, os atravessadores se apoderam dos produtos e passam a manipular os preços, também manipulados pelas indústrias ao comprarem o material selecionado nas associações.

A gente só não teve a oportunidade de ainda... que a gente tem a visão de como funciona, só que você não teve o espaço de chegar lá. Entendeu comé que é? Porque você ter a visão é uma coisa, você pegar o espaço teu é outra, porque esse espaço no caso o atravessador não te dá. (Neco, 53anos)

Os catadores denunciam uma relação de trabalho considerada como exploratória e que gera um alto grau de insatisfação, influi na saúde mental, causa revolta, constrangimento e sentimento de incapacidade de transformar a condição econômica de seus empreendimentos, assim como de suas vidas.

São trabalhadores úteis, elo importante da cadeia produtiva de resíduos sólidos, expressivamente condicionados à extração de mais-valia que, ao mesmo tempo em que são vítimas da falta de reconhecimento social, se integram e são “identificados” como trabalhadores no ciclo da reprodução capitalista.

Constata-se, portanto, que ainda que esses catadores exerçam uma atividade em princípio formalmente não integrada ao sistema de acumulação capitalista, essa mesma atividade é realizada à base da pura força de trabalho, remunerada a níveis baixíssimos e que transfere permanentemente para as atividades da rede capitalista organizada todo o seu valor financeiro. Em outros termos, o próprio processo do

capital cria e recria relações de exploração do trabalho que não são relações tipicamente capitalistas, ocorrendo à apropriação da miséria com o objetivo de torná-la rentável. (GONÇALVEZ, 2004, p.15-16)

Quando os catadores saem governando seus carrinhos ou sobre o caminhão coletando os resíduos sólidos recicláveis, tem início um novo ciclo produtivo – pela rotina da triagem, os associados, agentes desse processo, em sua nova condição social no tratamento do lixo da cidade, estabelecem a partir dessa relação o vínculo com o trabalho. Para muitos, essa poderia significar a primeira experiência real de “trabalho formal” se as condições de “agrupamento” desses trabalhadores fossem outras; no entanto, se constitui na luta por encontrar um espaço no mercado de trabalho formal, o que ainda não se configura na AMAGEM.

Parte-se do conceito em que Peixoto (2010, p. 18) diz ser trabalho formal “o trabalho em que o sujeito deve se submeter a um horário, às metas de produtividade e às normas de convivência social”, com garantia de direitos e benefícios sociais.

A condição de cidadania não é universal em nosso país e está associada ao modo de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. A ruptura do vínculo empregatício formal representa, na prática, a perda de direitos e benefícios sociais. Ao ingressar no setor informal, os trabalhadores se convertem numa espécie de “cidadãos de segunda classe, perdendo inclusive direitos garantidos pela Constituição brasileira. [...]. Um emprego com a carteira assinada pode ser considerado por alguns trabalhadores na informalidade como a solução para sair de uma dura rotina de trabalho, marcada, por exemplo, pelo enfrentamento de jornada prolongada, a intensificação do ritmo de trabalho, os baixos salários, a ausência de férias, a falta de direito ao auxílio doença e acidentário, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, à aposentadoria e a qualquer proteção social, entre outros aspectos. (MATSUO, 2009, p.15)

Na transcrição de Alves (2011)<sup>34</sup> do segundo dia (24 de março de 2011) da I Bienal da Fundacentro em Brasília, convidados discutiram os desafios da saúde e segurança em micro e pequenas empresas e no trabalho informal, e abordaram os limites impostos pela lei em relação aos trabalhadores do setor informal. Durante apresentação, Vera Albuquerque se pronuncia a respeito do desafio que se constitui para “todos os interessados em Segurança e Saúde no Trabalho encontrar a melhor forma de sensibilizar e incentivar empregadores e trabalhadores a atentarem para a questão da segurança e saúde no trabalho, para conseguirmos levar trabalho decente para todos no Brasil”. O também convidado Paul Singer, secretário

---

<sup>34</sup> Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/includes/include/bienal-da-fundacentro-discute-desafios-em-seguranca-e-saude-nas-micro-e-pequenas-empresas.htm>. Acesso em: 19 jun. 2011.

nacional de Economia Solidária, falou “dos 22 mil empreendimentos solidários que existem no país - onde trabalham cerca de 700 mil pessoas -”, lembrou que “90% são cooperativas que estão majoritariamente na informalidade” e observou: “me preocupa a questão da segurança e saúde dos trabalhadores da Economia Solidária porque, em geral, eles são muito pobres”.

As diversas formas de agrupamentos dos catadores geram condições de produção e trabalho por meio de uma estrutura da qual fazem parte e que vem se desenvolvendo de forma que torne possível oferecer respaldo para que seus integrantes alcancem melhores condições econômicas e sociais.

Embora a reciclagem do lixo seja um negócio economicamente rentável, o ciclo de comercialização tem se conservado à margem da legalidade, fazendo com que o trabalho dos catadores seja o elo inicial de uma engrenagem econômica, que se reproduz em condições de marginalidade, na ausência quase absoluta de direitos trabalhistas e na compra de mercadorias por parte dos intermediários e das fábricas de modo informal. (GONÇALVES, 2004, p.16)

Diante disso, a PNRS, em seu artigo 36, parágrafo 1º, traz como incumbência ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, priorizar a organização e funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como a contratação desse empreendimento sem que seja necessário o processo de licitação.

Espera-se que disposições como essa na PNRS (2010) permitam aos integrantes da coleta seletiva a possibilidade de se estabelecerem na sociedade como trabalhadores do mercado formal, considerados elo importante da cadeia produtiva dos resíduos sólidos de forma que os tornem estáveis nessa função e sem que exijam deles apenas adaptações, não havendo a outorga das medidas estabelecidas em função de organizar esses empreendimentos e permitindo o reconhecimento das formas de organização e identidade com o trabalho destes já existentes.

Na cadeia produtiva, há um grande fluxo de recursos financeiros entre os setores formais (indústria) e os informais (donos de depósitos e catadores) e, uma vez que o primeiro sustenta o segundo, não se tem definição sobre os limites entre a formalidade e a informalidade, traçando-se apenas uma lógica de dependência sem compromisso. O fato é que há um enorme contingente de catadores que se encontra invisível ao processo de reciclagem,

invisíveis tanto para quem analisa sem aprofundamento o processo de catação e captação, como para as autoridades que medeiam as relações de trabalho no país. Faz-se importante viabilizar formas que diminuam a falta de nitidez entre as instâncias que determinam a cadeia produtiva de resíduos sólidos sem que haja a sobreposição de uma instância em detrimento da outra.

O trabalho da coleta seletiva foi e ainda é fonte de renda e sobrevivência para muitos, desde sua coleta, triagem e seu transporte e, portanto, é inadmissível que haja a tomada do trabalho da coleta seletiva por grandes empresas para que se desalinhem a dependência entre setores informais e formais, deixando essa função ser articulada apenas por setores que hoje estão dentro da formalidade.

Diante da Lei 12.305/2010 que institui a PNRS, há a exigência do plano de gerenciamento de resíduos sólidos em estabelecimentos que produzam resíduos que não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal, há exigência de normas e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos em regulamento, relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, não permitindo assim a execução de triagens e coleta seletiva de materiais por empresas, como vinha sendo realizado no município de Matinhos, onde por exemplo, uma rede de supermercados instaladas no município fazem triagem de quase todo o material que passa pelas empresas, deixando para as associações apenas aqueles pouco rentáveis.

A PNRS (2010) apresenta, entre seus princípios, “o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania”, apresentando entre as metas do Plano Nacional “a inclusão social e a emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis”.

O processo de “inclusão social”, como processo inverso à “exclusão social”, e a emancipação econômica estão mutuamente imbricados. Segundo Singer (2006, p.63), “existe uma forma de exclusão social que é fundamental: a exclusão econômica. É a forma mais ampla, e suas vítimas estão provavelmente excluídas da maioria das outras redes sociais”. Sobre condições de inclusão e exclusão, a rigor, os catadores não podem ser considerados como excluídos em estado permanente, pois integram a cadeia produtiva da reciclagem, ainda que, durante anos e em determinados locais, estejam marcados pela invisibilidade social e

econômica, sejam tratados de forma marginalizada e considerados o elo mais fraco da cadeia produtiva.

Por isso, o processo de emancipação econômica não resulta de forma direta na condição de inclusão social, já que como já foi apresentado, os integrantes da coleta seletiva, “excluídos” economicamente, acabaram “excluídos” também de outras redes sociais que os proporcionassem o direito ao trabalho, à moradia, à educação, à saúde, entre outras.

Castells (1997) é crítico à utilização do termo “exclusão social”, pois segundo ele a mesma é empregada hoje com uma heterogeneidade de usos sem dizer com rigor no que consiste e de onde vem. Para ele, o termo deveria ser substituído por uma noção cada vez mais apropriada para nomear e analisar os riscos e as fraturas sociais atuais, pois seu uso impreciso oculta e traduz o estado atual da Questão Social. Por isso, qualifica os “excluídos” caracterizados anteriormente por Singer como os “sobrantes”, decorrente de novas exigências da competitividade e da concorrência, da redução das oportunidades de emprego, ocasionando a inexistência de lugares para todos na sociedade em que vivemos. Castells utiliza o termo integração social como tentativa de controlar a relação entre a lógica econômica e a coesão social, a partir da qual uma sociedade se interroga e tenta conjurar os riscos de sua fratura.

Portanto, o que se conclui é que a Política Nacional, em relação ao público que se direciona, pode, a longo prazo, estabelecer a tal “inclusão social” almejada aos integrantes da coleta seletiva, mas suas determinações a priori apenas possibilitarão a inserção no mercado de trabalho formal e uma possível emancipação econômica. A “inclusão social” desses sujeitos se constitui em uma composição diversa de fatores, e por isso

[...] enfrentar essa conjuntura para mudá-la [a sociedade onde nós nos resignamos viver] exigiria medidas de uma outra ordem, que inspirem o tratamento social do desemprego e inserção de populações já invalidadas pela situação econômica e social. (CASTELLS, 1997, p. 29-30).

De acordo com Castells (1997, p.41) são “ameaçadas de exclusão” as categorias da população que “sofrem de um *déficit de integração* com relação ao trabalho, à moradia, à educação, à cultura, etc.” e podem “resultar na exclusão propriamente dita, ou seja, num tratamento discriminatório dessas populações”.

Como já foi apresentado no item 3.2 referente a este capítulo, a parcela da população que está envolvida na coleta seletiva é alvo constante de atitudes discriminatórias por parte da população, principalmente a que desconhece o valor econômico, social e ambiental dessa

função. Um forte instrumental aliado à PNRS é a educação ambiental, desde que se elabore de forma a destituir estigmas que invalidam a função desses aliados benéficos ao meio ambiente que são os integrantes da coleta seletiva.

Nem todos os associados na AMAGEM compõem em sua trajetória laboral o trabalho como integrante da coleta seletiva anteriormente ao surgimento da Associação no bairro em que habitam. Muitos que chegaram a compor o quadro de associados da AMAGEM não possuíam nenhuma identidade com as funções desempenhadas na coleta seletiva e alguns expõem o receio que sentiram em se aproximarem do que anteriormente chamavam de “lixo”. Porém, na totalidade dos integrantes da Associação, tanto dos que ainda a constituem como aqueles que ali não permaneceram por muito tempo, a atividade na coleta seletiva pode ser compreendida como resistência e busca de sobrevivência daqueles que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho local, em consequência da ausência de ofertas de vagas, bem como da baixa escolaridade e qualificação profissional de alguns contingentes populacionais.

Na Associação, o aprendizado do ofício na coleta seletiva, o ritual de produção de cada turno, as metas e diretrizes de produção devem ser dominadas por aqueles que exercem a função, que devem saber desempenhá-la bem. Cada um é um profissional de sua especialidade no setor onde trabalha e também ensina a atividade aos que estão chegando. Regina, assim como Dione e Dalton, nunca havia trabalhado na coleta seletiva. A formação da Associação Municipal de Agentes Ambientais de Matinhos surgiu para muitos como uma possibilidade de ingressar no mercado de trabalho e fortalecer a renda mensal. Inicialmente, Regina não sabia trabalhar em nenhuma das funções, nunca havia se aproximado do lixo, ou olhado para os materiais que o compunha de outra forma que não fosse a noção de objetos que haviam sido descartados por sua inutilidade.

A coleta seletiva para os associados está relacionada à condição de trabalhador e, mais especificamente, à possibilidade de geração de renda. Mas também, conversando com os associados, pude constatar que eles se apropriam dos valores relacionados aos benefícios da coleta, tais como o aumento da consciência ambiental e da vida útil dos aterros sanitários, a geração de trabalho e a preservação dos recursos naturais. Integram-se a uma dinâmica de trabalho pouco reconhecida e marginalizada, mas que agrega à vida de cada integrante da coleta seletiva os conceitos de reciclagem como qualidade de vida para a população.

Os agrupamentos da coleta seletiva para as instâncias pública e privada se transformaram em um espaço possível de “escoamento” e adequação às condições de exclusão, possibilidades intensificadas ainda mais com o advindo da PNRS de 2010. Vale lembrar que, do ponto de vista da transformação social da condição de exclusão, esses agrupamentos são apenas um dispositivo e não o lugar de inclusão propriamente dito, que pode ser utilizado como um fator estratégico para o suposto equilíbrio social com produtos do capital que possibilita a essas pessoas potencializar o poder de consumo, o acesso à moradia, saúde, educação e cultura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inter-relações existentes entre problemáticas trazidas pela organização do espaço urbano, da sociedade e dos resíduos sólidos produzidos estão insuficientemente resolvidas em pleno século XXI, mesmo que identificadas há mais de um século e traduzidas como “preocupação” pública. Nas formações e modificações dos espaços urbanos estão intrínsecas as características impostas para o favorecimento dos setores econômicos que determinavam nas cidades a construção de compartimentos espaciais específicos da lógica de mercado e estimuladores à reprodução da força de trabalho. E assim, apenas quando os resíduos sólidos, produzidos em larga escala pelos aglomerados populacionais, passam a ostentar possibilidades e implicações sob a economia e as responsabilidades desse Estado, que a sua influência dentro do espaço urbano ganha maior visibilidade e propostas de enfrentamento.

A problemática travada em relação aos resíduos alcança uma multiplicidade de enfoques que merecem ser minuciosamente investigados e explorados por mais áreas do conhecimento, além do serviço social. O fato é que mesmo após essa problemática ter sido questionada há mais de um século, ainda é possível encontrar entraves e expressões do comportamento humano que investem na lógica de mercado e estimulam o consumo sem que estejam preparados para as consequências que isso pode ocasionar no espaço em que a sociedade se desenvolve.

O descaso nas atividades humanas e as estratégias usadas no processo de urbanização, que transferia os acúmulos dos restos da sociedade à população menos favorecida economicamente e socialmente, somados às inseguranças no trabalho, no mercado de trabalho, na renda, no emprego, entre outros aspectos centrais na Questão Social, que se assimila na união das desigualdades da sociedade capitalista, resultaram na aproximação de sujeitos aos restos e sobras da sociedade na tentativa de qualificar e reinventar seu cotidiano. Os catadores de material reciclável, que foram oficialmente reconhecidos por intermédio da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2002, ao mesmo tempo, são ainda reféns da ignorância e dos estigmas produzidos pela sociedade.

Este trabalho problematizou a experiência de catadores no município de Matinhos associados à AMAGEM, expondo características espaciais e da população local, à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos de 2010 e da expansão da categoria em geral no Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. O intuito foi de apreender as

problemáticas da Questão Social, conhecer as estratégias de enfrentamento das experiências cotidianas relacionadas às trajetórias de vida, trabalho e saúde de catadores organizados em uma associação do município, possibilitando o aprendizado com esses sujeitos e a compreensão das diversas formas de luta geradas ou não pela população, para que se possa compreender as contestações, as aspirações, a capacidade criativa da sociedade onde são encontrados elementos de aversão e afirmação do ordenamento social posto.

Ao avaliar as trajetórias de alguns dos integrantes da coleta seletiva na AMAGEM, enfatizando os eixos trabalho, saúde e vida, foi possível identificar as experiências que, orientadas por reflexões a respeito de si e do “mundo” em que vivem, assim eram condicionadas não apenas pela vontade que tinham, mas também pela pressão que o “mundo” exercia sobre essas pessoas.

No Brasil, os catadores vêm se fortalecendo e expandindo, apresentam um Movimento Nacional da sua categoria, e em grande parte já dissolveram a relação individualizada e dependente que tinham com os depósitos de resíduos. Se profissionalizaram, têm um ciclo de produção instaurado onde dominam todo o processo, de trabalho da catação ao investimento da renda, são articuladores políticos e transmissores, como real conhecedores da importância da coleta seletiva e da reciclagem além de uma fonte de renda e trabalho, mas como um benefício ambiental, social, cultural e econômico.

Porém essa não é uma realidade que alcança todos os integrantes da coleta seletiva no Brasil, o que foi apresentado e problematizado como característico no município de Matinhos, mas é possível observar que metas estão sendo estabelecidas com o intuito de expandir o seu processo de organização, tanto na elaboração de Políticas, Planos, Decretos entre outras deliberações legais, como através de organizações do MNCR ao discutir viabilidades de sua expansão que já alcança organizações internacionais. Aproximar os integrantes da coleta seletiva à organização majoritária de sua categoria que se configura no MNCR é importante para que reconheçam melhor a sua formação e até mesmo contribuam de forma mais segura e participativa na organização junto ao poder público.

Durante o trabalho, ao investigar as estratégias de viver e resistir, assim como problematizar as possibilidades de “invenção do cotidiano” desses sujeitos a partir do trabalho com os resíduos sólidos, há o diálogo sobre as possibilidades do conteúdo propositivo da PNRS (2010) aos integrantes da coleta seletiva. A Lei 12.305/10 que institui a PNRS alimenta

esperanças, alarga responsabilidades dos catadores, mas como ela será desenvolvida? É necessário que se leve em consideração o que a categoria em âmbito local e nacional já sabe e as particularidades que as ligam ao universo da coleta seletiva; as diretrizes propostas pela PNRS devem ser dialogadas e problematizadas nas particularidades da realidade local para construir alternativas.

Esta pesquisa gerou tantas questões que não permite afirmações conclusivas que não sejam alimentadoras de maiores reflexões sobre os espaços, a sociedade e as circunstâncias de vida que fizeram desses sujeitos habitantes urbanos, acompanhados de todo o peso relativo do ato de habitar uma cidade.

Neste contexto, o estudo apresenta os integrantes da coleta seletiva entrevistados, envoltos de todas as dificuldades, como empreendedores de seu negócio, autores e responsáveis por todo o processo de trabalho criado e transmitido, inclusive com a utilização de instrumentais de trabalho que são fruto da própria necessidade e criatividade, com os quais são capazes de proporcionar à família meios pelos quais minimamente sobrevivem, suprem suas “necessidades”, como alguns deles mesmo dizem. São “caçadores de si” e, parafraseando a composição musical de Sérgio Magrão, eles nada têm a temer “senão correr da luta, nada a fazer senão esquecer o medo, abrir o peito à força, numa procura, fugir às armadilhas da mata escura”. Pressionados, abrem caminho na mata escura da competitividade global, passam à frente do palco da atenção pública, despertam mesmo que com temor a frequente luta que foram postos a enfrentar numa procura incerta e contrária ao que o mundo lhes pedia e que, ao mesmo tempo, os impossibilitava de ter.

Os catadores utilizam estratégias para o enfrentamento das questões cotidianas que raramente lhes oferta o direito à escolha. Continuam sendo vítimas da pressão da sociedade, que os molda, e das consequências de seus atos.

Por isso, e entre outros fatores aqui já apresentados, a questão do trabalho com os resíduos sólidos não pode ser administrada apenas pela introdução dos integrantes da coleta seletiva nos espaços que possam impulsioná-los ao ambiente considerado “ideal” de trabalho, pois existem problemáticas que há tempos se desenvolvem em torno dos resíduos sólidos e não podem ser tratadas de forma isolada, ignorando os múltiplos elos que a compõe, por exemplo, através da simples organização para o funcionamento de “usinas de reciclagem”, por esta não ser a saída para a melhoria do trabalho dos catadores de material reciclável, nem

muito menos a sua inserção apenas nesses espaços a possibilidade “real de inclusão social” e emancipação econômica.

Somos forçados a nos posicionar e seguir o que a ciência diz, porém, ao estabelecermos relações humanas, temos que ser capazes de introduzir tecnologias também adaptadas às necessidades humanas e não apenas introduzi-las sob imposição. É preciso democratizar as informações aos trabalhadores sobre as condições de trabalho em que se encontram, revelando as doenças mais comuns e apresentando formas de controle para os riscos de cada função, orientando sobre as consequências profissionais, sociais e ambientais de possível adoecimento com a execução de um trabalho que vai além dos diagnósticos de doenças e prescrições.

Há muitos profissionais, conforme lhes garante a legislação trabalhista, que podem recusar-se a realizar seu trabalho diante de condições indignas, que violem seus direitos; essa não é a realidade de catadores dos resíduos sólidos, que se sujeitam a trabalhar sem as mínimas condições, fator que pode prejudicá-los e fere direitos de cidadania. Por isso, é possível considerar que, em relação ao trabalho dos integrantes da coleta seletiva e sua atribuição em benefício público, para a conquista de um ambiente de trabalho “ideal” não basta modificar a relação entre homem e o ambiente com o qual ele se relaciona, mas transformar relações sociais e de trabalho sobre o reconhecimento dos sujeitos trabalhadores e de suas limitações.

Através da pesquisa foi possível observar a persistência de determinada ausência de participação política cidadã dos integrantes da coleta seletiva dentro da AMAGEM, desde o surgimento da Associação, e também resgatar através dos relatos as trajetórias que fizeram parte do processo de formação dessa instituição. Assim se fez possível gerar considerações que se pautam na necessária participação do poder público e de parcerias de forma mais constante e presente. Mas, sem dúvida, é mais necessária ainda uma qualificação do trabalhador para avaliar o cenário do qual faz parte, para que a ele seja dada possibilidade de escolha, o que potencializaria a identificação dos problemas e suas causas, já que seria capaz de pensar estrategicamente, isolados do risco, para propor alternativas viáveis e condizentes às suas características, e representaria conscientemente suas reflexões através de experiências vivenciadas, bem como em suas falas e afazeres.

Os relatos e as análises das experiências cotidianas apresentadas colocam em destaque desafios diversos desse segmento social na realidade local. No entanto, qualquer reflexão exige identificar quem são os integrantes da coleta seletiva em sua totalidade no município, reconhecendo a cadeia produtiva de resíduos sólidos. Assim, ações voltadas à organização dos integrantes da coleta seletiva podem reconhecer a existência de outras configurações além das cooperativas e outras formas de associações de catadores, como é o caso do município, para que sua organização não ocorra em detrimento de catadores autônomos nem dos demais elos da cadeia produtiva, como os atravessadores.

A universidade é uma instituição importante, que pode ser uma parceira no problematizar de tantas reflexões que envolvem a categoria ao empreender suas forças, estudos e serviços na direção da transformação das condições de vida da população.

O trabalho compreende a necessidade para continuidade do estudo e por isso tem como comprometimento: expô-lo através de um diálogo suas considerações finais aos integrantes da coleta seletiva na AMAGEM; disponibilizá-lo para Incubadora de Projetos Econômicos e Sociais de Base Solidária – IPESS que empreende esforços em trabalhos com as associações de catadores de resíduos sólidos dos municípios do litoral do Paraná, para estudo; e apresentá-lo através de um instrumento mais sintetizado com as considerações finais juntamente a todo o material produzido, aos integrantes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Matinhos, por se tratar da instituição municipal com maior proximidade aos integrantes das associações do município no período da pesquisa.

Para o profissional do Serviço Social, uma das exigências é a aproximação às condições de vida das classes subalternas e das formas de luta e de organização que possibilite apreender as formas de explicitação social, cultural e política dos interesses e as necessidades do enfrentamento coletivo e individual de questões vivenciadas. Portanto, salienta-se também entre as considerações finais que, no desvelar das propostas apresentadas pela PNRS, em conjunto com as experiências no contato com os catadores, transpareça a necessidade de formação de rede entres diferentes áreas do conhecimento e a proximidade ao profissional do Serviço Social, por se tratar de um profissional especializado capaz de interferir no processo de reprodução social, ideológica e política dos indivíduos, assim como na reprodução material da força de trabalho.

Diante de tantas proposições e uma problemática que propicia inúmeras reflexões, este trabalho compreende que um dos caminhos é a criação de oportunidades que possam gerar projetos, ações e obras baseados nas necessidades desses integrantes da coleta seletiva, respeitando suas histórias, seus anseios, seus costumes, enfim, suas próprias concepções e formas de ação. Afinal, as sociedades se desenvolveram e trouxeram novos desafios para o ambiente, como a capacidade de acolher todos os seus habitantes, que podem ser mantenedores de si mesmos de forma potencialmente “criativa e inventiva” e que, mesmo muitas vezes criticados ou sem reconhecimento algum, trabalham com o ônus da problemática mais evidente na Terra, a produção dos resíduos sólidos.

## REFERÊNCIAS:

- ALBUQUERQUE, Paulo P. de. Associativismo. In: **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, p.15-19, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001
- BERENGUEL, Orlando L. **A experiência de trabalho de catadores de recicláveis dentro da dinâmica e gestão territorial de Bragança Paulista-SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas/ SP, 2008.
- BORIN, Marisa do E. S. Os moradores de rua em São Paulo e suas relações com o mundo do trabalho. In: **Cadernos Metr pole**, n.12, p. 49-64, 2  sem. 2004.
- BRASIL IMPÉRIO. Decreto n  3.024 de 25 de novembro de 1880. Aprova o contrato de 10 de outubro de 1876, para a limpeza e irrigação de São Sebastião do Rio de Janeiro, celebrado com Aleixo Gary. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/index.jsp>. Acesso em: 20 maio 2011.
- BRASIL. Lei n  12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Brasília, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em: 01 agosto 2011.
- CARDOSO, Alexandro. **As estratégias capitalistas para que os catadores peguem pela atual crise**. 2009. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/artigos/o-catador-nao-pode-pagar-pela-crise/>. Acesso em: 27 maio 2011.
- CARDOZO, Marcelo. **Percepções de riscos ambientais de trabalhadores catadores de materiais recicláveis em um aterro controlado do município de Duque de Caxias/RJ**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2009.

CARTA DE BRASÍLIA, Brasília-DF, Jun. 2001. Disponível em: [http://www.mnrc.org.br/box\\_1/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia](http://www.mnrc.org.br/box_1/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia). Acesso em: 27 maio 2011.

CASTEL, Robert; **As armadilhas da exclusão**. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BOGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita. (Orgs.). Desigualdade e a questão social. São Paulo: EDUC, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CAVALCANTE, Sylvia; FRANCO, Marcio F. A. Profissão perigo: percepção de risco à saúde entre catadores do lixão de Jangurussu. In: **Revista Mal-Estar e Subjetividade**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, ano/vol. VII, n. 001, p. 211-231, março, 2007.

IBGE. Censo Demográfico, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php>. Acesso em: 14 jul. 2011.

IBGE. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pr>. Acesso em: 14 jul. 2011.

DOWBOR, Ladislau. **O que é o poder local**. 1ª reimpr. da 1ª ed. de 1994. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Miniaurélio Eletrônico versão 5.12**. 7. Ed., São Paulo: Editora Positivo Ltda, 2004.

FRANGUELLA, Simone M. **Corpos Urbanos Errantes: Uma Etnografia da Corporalidade de Moradores de Rua em São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2004.

GONÇALVES, Raquel de S. **Catadores de Materiais Recicláveis: trajetórias de vida, trabalho e saúde**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - FIOCRUZ/ENSP. Rio de Janeiro: 2004

IAMAMOTO, Marilda. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

JUNCA, Denise C. de M. **Mais que sobras e sobrantes: trajetórias de sujeitos no lixo**. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2004

JUNCA, Denise C. de M. Trajetória de sujeitos no lixo. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 84, p. 169-189, nov. 2005.

KLEINKE, Maria de L.; DESCHAMPS, Marley V. Os Fluxos Migratórios e as Mudanças Socioespaciais na Ocupação Contínua Litorânea do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 99, p. 45-59, jul./dez. 2000.

KOFES, Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2001.

LACLAU, Ernesto. Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: **Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social**. São Paulo: Annablume, p. 21-37, setembro, 2006

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001

LOPES, Mirian C. **As Cuidadoras Sociais e a Realidade Atual da Política de Atendimento a Criança e ao Adolescente em Situação de Abrigamento no Município de Matinhos**. Matinhos. Monografia (Bacharelado em Serviço Social). Matinhos-PR: Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, 2010.

MATINHOS. Decreto n. 625 de 01 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/forpgs/showinglaw.pl>. Acesso em: 14 jul. 2011.

MATINHOS. Lei n. 1098 de 13 de Abril de 2007. Institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos.

MATSUO, Myrian. **Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais**. Dissertação (Pós-Graduação em Sociologia) - USP. São Paulo, 2009.

MINAYO, Maria C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOURA, Rosa; WERNECK, Débora Z. Ocupação Contínua Litorânea do Paraná: uma literatura do espaço. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 99, p.61-82, jul./dez. 2000.

NETTO, José P.; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NUNES, Ana L. B. de P.; CUNHA, Ana M. de O.; JÚNIOR, O. M. Coletores de lixo e enteroparasitoses: o papel das representações sociais em suas atitudes preventivas. **Ciência & Educação**, v.12, n.1, p. 25-38, 2006.

PEIXOTO, Bianca M. **Catadores de Sonho**. Dissertação do Mestrado em Psicologia Social. PUC-SP. São Paulo: 2010

PORTILHO, Fátima. Representações sociais de profissionais do Lixo: para além de estigmas, repulsas e tabus. In: **Saúde e direitos humanos/ Ministério da Saúde**. Fundação Oswaldo Cruz. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, Ano 3, n. 3, p. 135-148, 2006

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SCARPINATTI, Mauro. **Trabalhadores do “lixo”**: a organização das cooperativas de catadores de materiais recicláveis em São Paulo 2000/2005. Dissertação (Mestrado em História) - PUC-SP. São Paulo, 2008.

IPEA. Seguridade Social. In: **Boletim de Políticas sociais - acompanhamento e análise**. Brasília-DF. 13 ed. especial, p. 27-43, 2007. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps\\_13/SeguridadeSocial.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_13/SeguridadeSocial.pdf). Acesso em: 13 junho 2011.

SENA, Cinthia. et. al. **A Cadeia Produtiva de Resíduos Sólidos na Região Litorânea do Estado do Paraná – Contribuições para o Planejamento Territorial**. In: PPLA

2010: SEMINÁRIO POLÍTICA E PLANEJAMENTO, 2, 2010. Curitiba. *Anais...*  
Curitiba: Ambiens Sociedade Cooperativa, 2010.[CD]

SILVA, Maria L. L. da S. **Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno População em Situação de Rua no Brasil 1995-2005**. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília. Brasília-DF: 220 f.; 30cm, 2006

SIM!NACIONAL. Apenas 8% dos municípios fazem a coleta seletiva. Araraquara-SP. p. 14. Reciclagem. 13 maio, 2004.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, p.116-124, 2003

SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativa. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SIQUEIRA, Mônica Maria, MORAES, Maria Silvia. Saúde Coletiva, Resíduos sólidos Urbanos e os Catadores de Lixo. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 14 (6), p. 2015-2022, 2009.

TRAJANO, Ana R. C.; CARVALHO, Ricardo A. A. de. Identidade e trabalho autogestionário. In: **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, p. 173-176, 2003

UFPR. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. (Aprovado pela Resolução CEPE/2010) Curitiba, mimeo, 2010. Disponível em:  
<http://www.litoral.ufpr.br/servicosocial>. Acesso em: 01 agosto 2011.

UFPR. **Projeto Político Pedagógico**. (Aprovado pela Resolução CEPE/24/2008.). Curitiba, mimeo, 2008. Disponível em: <http://www.litoral.ufpr.br/ppp>. Acesso em: 01 agosto 2011.

VASCONCELOS, Ana M. de. Serviço Social e Práticas Democráticas na Saúde. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**, 2001.

## ANEXOS

### ANEXO A:

#### CARTA DE BRASÍLIA

---

##### **1º Congresso Nacional do MNCR em 2001**

Os participantes do **1º CONGRESSO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**, realizado em Brasília nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2001, que contou com a participação de 1.600 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de dezessete estados brasileiros, e os 3.000 participantes da **1ª MARCHA NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA**, no dia 7 de junho do mesmo ano, apresentam a toda a sociedade e às autoridades responsáveis pela implantação e efetivação das políticas públicas, as reivindicações e propostas que seguem. E o fazem contando com a força nascida de um longo processo de articulação, apoiado pelo **Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua**, que teve seu ponto alto no 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte, MG, em novembro de 1999, onde decidiu-se pela organização do presente Congresso.

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um ante-projeto de lei que regulamenta a profissão **catador de materiais recicláveis** e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

##### **Em relação ao Poder executivo, propomos:**

- 1.1 - Garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho.
- 1.2 - Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.
- 1.3 - Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc.
- 1.4 - Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis.
- 1.5 - Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.
- 1.6 - Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do programa de **Combate à Pobreza** para as ações emergenciais.

## **2 - Em relação à cadeia produtiva:**

2.1 - Garantir nas políticas de financiamentos e subsídios, que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização dos materiais recicláveis que priorizem os projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de Materiais Recicláveis, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda.

## **3 - Em vista da cidadania dos Moradores(as) de Rua**

3.1 - Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.

3.2 - Integração plena da População de Rua na política habitacional que garanta e subsidie a construção de casas em áreas urbanizadas, e que parta da recuperação e desapropriação dos espaços ociosos nos centros das cidades, garantindo-lhes **o direito à cidade**.

3.3 - Priorização da geração de oportunidades de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos Moradores de Rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e/ou na indicação de endereços de albergues.

3.4 - Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua.

3.5 - Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola.

3.6 - Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda.

3.7 - Garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde - SUS aos Moradores de Rua, abrindo também sua inclusão nos programas especiais, como "saúde da família" e similares, "saúde mental", DST/AIDS/HIV e outros, instituindo "casas-abrigo" para apoio dos que estão em tratamento.

Frente à significativa representação destes eventos, não temos mais dúvidas quanto à força e importância de nosso movimento e acreditamos que a transformação da realidade atual, será progressiva e crescente.

Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho. Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho.

Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias à serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa.

**Pelo fim dos lixões!**

**Reciclagem feita pelos catadores, já!**

Brasília, junho de 2001

## ANEXO B:

### Declaração do Encontro Estadual do MNCR - PR

20/09/2010

**Ao final do I Encontro Estadual dos Catadores de Materiais Recicláveis do Paraná ligados ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, declararam:**

#### **I Encontro Estadual de Catadores (as) do Estado do Paraná**

22 e 23 de maio de 2010

Faxinal do Céu-Pinhão/PR

Ao final do I Encontro Estadual dos Catadores de Materiais Recicláveis do Paraná ligados ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, declararam:

#### **À sociedade e ao Poder Público as seguintes propostas:**

1. Manter e ampliar as parcerias para apoiar as atividades da coordenação estadual e dos comitês;
2. Garantir apoio de infra-estrutura para realização do ciclo de formação e capacitação dos catadores e catadoras do Paraná, em nível Municipal, Estadual e Federal;
3. Fomentar nos Municípios a Educação Ambiental;
4. Garantir áreas públicas Municipais, Estadual e da União para as organizações de catadores(as) com a concessão dos terrenos de longo prazo e documentada;
5. Garantir autonomia e autogestão das organizações de catadores (as) no Paraná;
6. Repúdio ao processo de implantação da incineração em nosso país, pois esse método é extremamente agressivo ao meio ambiente e exclui o trabalho dos catadores (as).

#### **Às suas organizações:**

1. Os Catadores e Catadoras são os representantes legítimos da Cooperativa/Associação e não os técnicos. Relação de dependência com o apoio técnico enfraquece a organização e tira a legitimidade e a autogestão do Catador (a);
2. Os Comitês devem apoiar e garantir que nas organizações de catadores (as) não exista relação de patrão e empregado.
3. Ampliar a representação da Coordenação Estadual, por meio da formação de novos Comitês;
4. Enviar esta declaração para todas as Prefeituras e Governo Estadual;
5. Promover ou participar de encontros com todos os candidatos (as) ao Governo do Estado, para garantir o compromisso dos (as) mesmos(as) com a implantação de políticas de Estado para os resíduos sólidos, com inclusão social dos catadores(as);
6. Manter a comunicação com a sociedade para conscientizar sobre a separação dos materiais recicláveis nas residências;
7. Manter a união entre os catadores (as), e a integração entre as organizações de catadores (as);
8. As parcerias com as organizações de catadores (as) precisam ser realizadas com instituições diversas e com a sociedade e não apenas com o Poder Público;
9. Promover a articulação com as Secretarias Municipais e Estadual da Educação, para visitar as escolas e realizar palestras sobre conscientização ambiental;
10. Desenvolver atividades diversas nas comunidades para fomentar a coleta seletiva.

**Técnicos apoiadores reunidos, em relação às questões prioritárias a serem enfrentadas pelo MNCR/PR, propõem as seguintes ações:**

1. Instituir a Política Municipal e Estadual de resíduos sólidos com participação dos Catadores (as), gestão compartilhada;
2. O cumprimento da lei 11.445/07 que estabelece a relação contratual com as cooperativas/associações, remunerar por tonelada o serviço de coleta; tratamento e destino final, prestado pelas organizações de catadores (as);
3. Incluir os catadores (as) nas discussões e decisões sobre a questão dos resíduos sólidos e coleta seletiva no Município e no Estado, por meio de comissões (Comitês) intersecretariais para inclusão social dos catadores (as);
4. Pressionar os Senadores do Estado para a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
5. Criação de novos Fóruns Lixo e Cidadania regionais e ou municipais;
6. Promover e efetivar a Capacitação Continuada para os Gestores Públicos quanto aos Princípios e bases de Acordo com MNCR;
7. Promover e efetivar a Capacitação Continuada aos Catadores na perspectiva do cooperativismo popular e da economia solidária;
8. Apoiar as cooperativas/associações na regularização dos documentos e acesso aos recursos e financiamento;
9. Estimular o Poder Público a realizar a cessão dos barracões e dos equipamentos para a autogestão das cooperativas/associações;
10. Divulgar os princípios e as bases de acordo com MNCR em todos os ambientes que há participação dos catadores;
11. Tributação diferenciada para as cooperativas de economia solidária;
12. Implantação de outras políticas públicas que atenda as necessidades dos catadores (as) tais como, moradia, saúde, educação, esporte, cultura e lazer etc..

Pinhão, 23 de Maio de 2010

**Assinam:** Organizações de Catadores e Catadoras e Técnicos Apoiadores de Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Marechal Candido Rondon, Matelândia, Matinhos, Medianeira, Missal, Morretes, Nova Santa Rosa, Palmeira, Palotina, Paranaguá, Pinhais, Pnhão, Praí do Sul, Piraquara, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Rio Negro, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipú, São José dos Pinhais, São Miguel do Iguaçu, Telêmaco Borba, Tibagi, Tijucas do Sul, União da Vitória, Vera Cruz do Oeste, Castro, Cerro Azul, Almirante Tamandaré, Antonina, Araucária, Colombo, Campo Largo, Cascavel, Chopinzinho, Colombo, Clevelândia, Entre Rios do Oeste, Pinhão, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Guaratuba, Ibiporã, Imbituva, Itaipulândia, Jaguaraíva, Lapa Comitê de Catadores(as) de Materiais Recicláveis de Curitiba e Região Metropolitana, Comitê Regional de Catadores(as) de Materiais Recicláveis de Foz do Iguaçu, Comitê Regional de Catadores(as) de Materiais Recicláveis de Londrina, Comitê Regional de Catadores(as) de Materiais Recicláveis dos Campos Gerais, Comitê Regional de Catadores(as) de Materiais Recicláveis do Litoral do Paraná, MNCR- Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.